



INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 172/2025
Data: 05/11/2025**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS TEM PREVISÃO PARA OCORRER EM DEZEMBRO, DIZ MINISTRO	4
DRAGAGEM DEVOLVE PROFUNDIDADE AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO, NO LITORAL DE SÃO PAULO	5
GOVERNO FEDERAL REPASSA À PETROBRAS TERMINAL STS08 NO PORTO DE SANTOS E CANCELA LEILÃO.....	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
SILVIO COSTA FILHO DETALHA PROGRAMAS DE CONCESSÃO E SUSTENTABILIDADE DO MPOR NO PROGRAMA BOM DIA, MINISTRO.....	8
MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO CENTRO-OESTE REGISTRA ALTA DE 6% EM SETEMBRO	9
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA NOVA PORTARIA DA GUARDA PORTUÁRIA PARA FORTALECER SEGURANÇA NOS PORTOS ORGANIZADOS	10
NOVO AEROPORTO DE BELÉM CONECTA AMAZÔNIA E DEVE BATER RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO.....	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
PRIMEIRO DIA DA CARAVANA LIDERADA POR RENAN FILHO TEM VISTORIA NA FICO E DUPLICAÇÕES DA BR-080/DF E DA BR-153/GO	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – A NOVA PORTARIA DA GUARDA PORTUÁRIA E A SEGURANÇA NO SETOR.....	15
OPINIÃO – INFRAESTRUTURA - ARTICULISTA - REFLEXÕES SOBRE DIGITALIZAÇÃO E INICIATIVAS DE ENERGIA RENOVÁVEL NO SETOR PORTUÁRIO	16
NACIONAL - HUB – CURTAS - LULA VOLTA A SINALIZAR CANDIDATURA À REELEIÇÃO EM 2026	20
<i>Reeleição</i>	20
<i>Uma questão de química.....</i>	20
<i>Gratidão e fidelidade</i>	20
<i>“Pronto e preparado”</i>	20
<i>Mais voos</i>	20
POLÍTICA – “TENHO CERTEZA DE QUE VAMOS FAZER A MELHOR COP DE TODAS AS COPs”, DIZ LULA.....	20
POLÍTICA - PRESIDENTE SANCIONA LEI E BELÉM SERÁ A CAPITAL DO BRASIL DURANTE A COP30	22
POLÍTICA - CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA LICENÇA-PATERNIDADE ESCALONADA DE ATÉ 20 DIAS.....	22
POLÍTICA - TSE APROVA CRIAÇÃO DO MISSÃO, PARDO LIGADO AO A MBL	24
AVIAÇÃO - COSTA FILHO APOIA TRANSPORTE GRATUITO DE BAGAGEM EM VOOS DOMÉSTICOS	24
AVIAÇÃO - AVIÃO DE CARGA CAI APÓS DECOLAGEM E PROVOCA INCÊNDIO NOS EUA	25
AVIAÇÃO - EMBRAER BATE RECORDE DE RECEITA NO 3º TRIMESTRE, MAS LUCRO RECUA 76%	26
AVIAÇÃO - ANAC DEBATE AVANÇOS EM COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO COM ESPECIALISTAS INTERNACIONAIS	27
NACIONAL	27
TRANSPORTES - PORTOS - TCU ESPERA APRESENTAR RELATÓRIO SOBRE O TECON SANTOS 10 NO PRÓXIMO DIA 18.....	28
TRANSPORTES PORTOS - COMISSÃO ESPECIAL DO PL DOS PORTOS INICIA MISSÃO INTERNACIONAL NA ÁSIA	29
TRANSPORTES PORTOS - LICITAÇÃO DO VTMIS NO PORTO DE SANTOS AVANÇA COM PROPOSTAS DE PREÇO	30
REGIÃO NORDESTE - BNDES APROVA R\$ 848 MI PARA EXPANSÃO DO TERMINAL DE CONTÊINERES DE SALVADOR	31
NACIONAL - MINISTRO ASSINA PORTARIA DA GUARDA PORTUÁRIA PARA FORTALECER SEGURANÇA	32
NACIONAL - TRANSPORTES – NAVEGAÇÃO - COM NOVA CATEGORIA, ANTAQ INICIA INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO 2025 ..	33
REGIÃO SUDESTE - ANTAQ FAZ VISITAS NO RIO PARA AVANÇAR EM TEMAS DE APOIO MARÍTIMO E BUNKERING	35
NACIONAL - ANTT LANÇA MBA INÉDITO EM PPPs E CONCESSÕES COM FOCO NO SETOR FERROVIÁRIO	36
NACIONAL - DIREÇÃO DA AGÊNCIA DESTACA CARÁTER INOVADOR E COLABORATIVO DO NOVO CURSO.....	37
REGIÃO NORTE - ROTA COP30: RENAN FILHO INICIA PERCURSO COM VISTORIA A OBRAS NO CENTRO-NORTE	37
REGIÃO NORTE – MINISTRO TAMBÉM VISITARÁ TERMINAL FERROVIÁRIO QUE CONECTA O TOCANTINS AO PORTO DE SANTOS.....	38
REGIÃO NORTE – DNIT AVANÇA EM DUPLICAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BR-080, NO DISTRITO FEDERAL.....	39
PETRÓLEO E GÁS - GERENTE VÊ A DESCARBONIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA PETROBRAS SER COMPETITIVA NOS PRÓXIMOS ANOS	39
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS VAI APORTAR COMBUSTÍVEL COM CONTEÚDO RENOVÁVEL PARA A COP30	40
PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM QUEDA COM MOVIMENTO GLOBAL DE AVERSÃO AO RISCO	41
MINERAÇÃO - OURO RECUA COM DÓLAR FORTE E MENOR ESPAÇO PARA CORTES DO FED	41
MINERAÇÃO - COMISSÃO EUROPEIA ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO DE MINA BRASILEIRA POR CHINESES	42
MINERAÇÃO - TIM FECHA ACORDO PARA LEVAR 5G ÀS OPERAÇÕES DA VALE.....	42
COMÉRCIO EXTERIOR - CZPE APROVA 12 PROJETOS E GARANTE R\$ 585 BI EM NOVOS INVESTIMENTOS	43
COMÉRCIO EXTERIOR - LULA DIZ QUE VAI LIGAR PARA TRUMP SE A COP30 TERMINAR SEM REUNIÃO AGENDADA SOBRE TARIFAS.....	44



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 172/2025
Página 3 de 68
Data: 05/11/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

FINANÇAS - PRIMEIRA PARCELA DO 13º SALÁRIO DEVE SER PAGA ATÉ O DIA 28 DE NOVEMBRO	45
FINANÇAS - QUASE 80% DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ESTÃO ENDIVIDADAS, APONTA LEVANTAMENTO DA CNC	46
FINANÇAS - IBOVESPA LUTA NO FIM, SOBE 0,17% AOS 150,7 MIL PONTOS E ESTENDE SÉRIE DE RECORDES	47
FINANÇAS - ITAÚ ULTRAPASSA PETROBRAS E SE TORNA 2ª EMPRESA MAIS VALIOSA DO BRASIL	48
BAHIA ECONÔMICA - BA.....	48
PORTO DE ILHÉUS RECEBE GRANDES NAVIOS E TEM OCUPAÇÃO PLENA	49
BAMAQ MÁQUINAS AMPLIA PRESENÇA NA BAHIA E DOBRA VENDAS DE EQUIPAMENTOS EM MENOS DE UM ANO	49
JORNAL O GLOBO – RJ.....	51
COMISSÃO NO SENADO APROVA ISENÇÃO DE IR ATÉ R\$ 5 MIL: VEJA COMO O PROJETO MEXE NO BOLSO DE CADA CLASSE SOCIAL	51
PROPOSTA DE US\$ 1,3 TRILHÃO PARA CLIMA SUGERE TURBINAR DOAÇÕES, BARATEAR CRÉDITO E ATENUAR DÍVIDAS.....	53
AVANÇOS EM DIREÇÃO A UM FUTURO RENOVÁVEL.....	56
CHINA SUSPENDE RESTRIÇÕES DE EXPORTAÇÃO E REMOVE TARIFAS SOBRE SOJA E OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS EUA.....	58
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	59
CASAMENTO DESFEITO APÓS 68 ANOS: POR QUE A NIPPON STEEL SAIU DE VEZ DO CAPITAL DA USIMINAS	59
TERNIUM COMPRA AÇÕES RESTANTES DA NIPPON STEEL E DA MITSUBISHI CORPORATION NA USIMINAS	63
TRUMP FALA EM TRANSFORMAR OS EUA EM ‘SUPERPOTÊNCIA’ DE BITCOIN, CRIPTO E IA PARA ENFRENTAR A CHINA	64
VALOR ECONÔMICO (SP).....	65
CONCLUSÃO DE ANGRA 3 TEM CUSTO ESTIMADO DE R\$ 23,9 BILHÕES, DIZ ELETRONUCLEAR.....	65
PORTO E REFINARIA RUSSOS SUSPENDEM OPERAÇÕES APÓS ATAQUES UCRIANOS	66
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	67
PORTO CENTRAL E M.A.R.S. AMPLIAM PRAZO PARA ESTUDO SOBRE ESTALEIRO DE DESMANTELAMENTO E RECICLAGEM	67
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	68
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	68

a tribuna **DIGITAL**

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS TEM PREVISÃO PARA OCORRER EM DEZEMBRO, DIZ MINISTRO

Silvio Costa Filho reafirma que o Tecon Santos 10, avaliado em mais de R\$ 6 bilhões, está no pacote de leilões da União; TCU ainda analisa restrições propostas pela Antaq

Por Bárbara Farias 5 de novembro de 2025



Megaterminal ocupará uma área de 621,9 mil metros quadrados no cais do Saboó (STS10), ao lado do Parque Valongo, no Porto de Santos (Alexander Ferraz/AT)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse nesta terça-feira (4) que o Governo Federal mantém a previsão de realizar o leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, ainda este ano. A expectativa é de que seja em dezembro, afirmou o ministro.

A peça licitatória está desde maio sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Costa Filho se reunirá com o relator do processo na Corte de Contas, o ministro Antonio Anastasia, nesta quinta-feira (6), para tentar agilizar a conclusão e votação do relatório final.

Em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro!*, nesta terça-feira (4), no CanalGov, transmitido pelo Youtube, Costa Filho garantiu que o ativo está dentro do pacote de leilões que a União pretende realizar até o final do ano.

“Esse é um leilão que já se arrasta há mais de 15 anos, passou por muitas disputas, mas, agora, temos a determinação e a coragem de realizá-lo. Nossa expectativa é concluir o processo entre 15 e 30 de dezembro”, disse.

Segundo apurado por A Tribuna junto ao TCU, ainda não há uma previsão para o relator concluir o relatório. “Esperamos que, nos próximos dias, o ministro (Anastasia) apresente o relatório e que ele seja votado pelo TCU. A partir daí, estaremos prontos para marcar o leilão”, disse Costa Filho.

O ministro reiterou que o Governo Federal acatará o posicionamento do Tribunal. “Nós iremos respeitar a decisão do Tribunal. O que o TCU deliberar, nós acompanharemos”, declarou.

No entanto, Silvio Costa Filho manteve o seu posicionamento alinhado ao modelo restritivo estabelecido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). “Defendemos um leilão democrático e participativo, mas que evite concentração de mercado. Quando um operador domina 60%, 70% ou 80% das operações portuárias, isso pode gerar tarifas mais altas e prejudicar o Porto”, alertou.

O modelo definido pela Antaq proíbe a participação de empresas que já possuem terminais de contêineres em Santos na primeira fase da licitação. Essas companhias só poderiam disputar o certame em segunda etapa, se não houver interessados na primeira e sob a condição de encerrar os contratos atuais para assumir o novo.

“Estou muito confiante na decisão do TCU e acredito que, até o final de dezembro, poderemos realizar esse leilão histórico”, frisou o ministro Silvio Costa Filho.



MP é contra restrição no edital

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) considera o modelo restrito estabelecido pela Antaq ilegal. O parecer, assinado pela procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva, foi protocolado no TCU na última quinta-feira.

O MPTCU argumentou que a modelagem restritiva carece de fundamentação técnica compatível com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade exigidos pelo ordenamento jurídico.

A procuradora-geral considerou correta a conclusão da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia) do TCU, de que a restrição contraria os princípios constitucionais da isonomia (ampla concorrência), eficiência e proporcionalidade.

O MPTCU entende que o modelo proposto configurará verdadeira punição aos agentes econômicos que assumiram riscos e decidiram investir no Porto de Santos no passado e se verão alijados de concorrer por terminal estratégico para o mercado nacional e internacional.

O megaterminal

O leilão do Tecon Santos 10 será o maior do Brasil, com investimentos estimados em mais de R\$ 6 bilhões e outorga (valor destinado pelo vencedor à Autoridade Portuária de Santos) que pode passar de R\$ 1 bilhão.

O megaterminal ocupará uma área de 621,9 mil metros quadrados (m²), com capacidade para 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral. O prazo do contrato será de 25 anos, podendo ser prorrogado.

O contrato do Tecon Santos 10 também viabilizará a transferência do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, de Outeirinhos para o Valongo, próximo ao Centro Histórico de Santos. O futuro arrendatário construirá a infraestrutura flutuante com píer, cais e berços de atracação de navios, em frente ao Parque Valongo.

Lentidão do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) está avaliando o edital do Tecon Santos 10 há quase seis meses, desde maio deste ano. A Corte de Contas analisa a restrição imposta ao certame pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que impede empresas que já possuem terminais de contêineres em Santos de participar do leilão. O objetivo da agência é evitar concentração de mercado. Em julho, o TCU realizou um painel, como se fosse uma super audiência pública, com mais de três horas, em Brasília, ouvindo argumentos contra e a favor das restrições. A área técnica do Tribunal emitiu parecer pelo certame aberto, assim como o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU). Até hoje, porém, não houve decisão dos ministros da Corte.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/11/2025

DRAGAGEM DEVOLVE PROFUNDIDADE AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO, NO LITORAL DE SÃO PAULO

Obra de manutenção, conduzida pela Companhia Docas, garante maior segurança à navegação e eficiência operacional no terminal do Litoral Norte

Por Atribuna.com.br 5 de novembro de 2025

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, conclui a dragagem de manutenção do principal berço de atracação, uma das obras mais importantes para o terminal nos últimos anos. O serviço, conduzido pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), estatal vinculada à Secretaria de Meio Ambiente,

Infraestrutura e Logística do Estado (Semil), teve como objetivo garantir maior segurança à navegação e restabelecer as profundidades operacionais da área.



Até setembro deste ano, porto do Litoral Norte do Estado movimentou 1,127 milhão de toneladas (Reprodução/Governo do Estado de São Paulo)

Com uma das maiores profundidades do País, de até 25 metros no canal de acesso, o Porto é estratégico para o escoamento de cargas no litoral paulista. O berço de atracação de navios, porém, sofre com o assoreamento natural causado por chuvas, correntes e ventos, o que exige dragagens periódicas. A última intervenção havia sido realizada em 2022.

Desta vez, estima-se que tenham sido retirados até a semana passada, quando o trabalho terminou, aproximadamente 60 mil metros cúbicos (m^3) de sedimentos. Uma batimetria final será realizada nos próximos dias para confirmar a profundidade de projeto de 10 metros na bacia de manobra e no berço 101, principal ponto de atracação de navios do terminal.

Meses

Os trabalhos se estenderam por cerca de cinco meses, sem paralisações. A etapa de dragagem efetiva durou 45 dias com autorização do Ibama. Um dos principais pontos de atenção foi a Baía do Araçá, área de manguezal próxima ao porto. A região passou por monitoramento ambiental contínuo para evitar dispersão de sedimentos. Também foram realizados estudos de perfil praial.

"Esta dragagem é estratégica não apenas para a operação segura do porto, mas também para manter a competitividade e a eficiência logística do Porto", afirmou Ernesto Sampaio, diretor-presidente da Companhia Docas de São Sebastião.

O encerramento da dragagem ocorre em meio a uma fase de crescimento do terminal. Até setembro deste ano, o Porto de São Sebastião movimentou 1,127 milhão de toneladas, com destaque para cargas de açúcar, malte, cevada, barrilha, coque e silicato de vidro.

Até setembro deste ano, o porto do Litoral Norte do Estado movimentou 1,127 milhão de toneladas.

Administrado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o Porto de São Sebastião é uma delegação federal ao Governo do Estado de São Paulo. Entre as principais cargas importadas estão barrilha, malte, cevada e produtos siderúrgicos; nas exportações, destacam-se açúcar, coque de petróleo, máquinas e equipamentos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/11/2025

GOVERNO FEDERAL REPASSA À PETROBRAS TERMINAL STS08 NO PORTO DE SANTOS E CANCELA LEILÃO

Decisão atende ao pedido de adensamento da estatal de óleo, gás e energia, que deverá apresentar plano de investimentos nos próximos dias

Por Bárbara Farias 4 de novembro de 2025

O Governo Federal cancelou o leilão do STS08, na Margem Direita do Porto de Santos. A área, que seria arrendada a operador privado para movimentação de combustíveis, será repassada à Petrobras, que ocupa o terminal ao lado (STS08A) e pediu o adensamento. A estatal deverá apresentar um plano de investimentos nos próximos dias.



A Petrobras deverá apresentar um plano de investimentos na área do STS08 nos próximos dias (Alexander Ferraz/ AT)

A informação foi confirmada pelo ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, na manhã desta terça-feira (4), no programa “Bom Dia, Ministro!”, do Governo Federal, transmitido ao vivo pelo CanalGov, no Youtube.

O STS08 é um ativo estratégico localizado no cluster de granéis líquidos do complexo

portuário santista. A área, de 152,3 mil metros quadrados, fica na Alemaoa, em Santos, e é destinada à movimentação, armazenagem e distribuição de combustíveis. Trata-se do maior terminal do tipo no Porto.

A decisão foi capitaneada pela Casa Civil, diz o ministro. “Sabemos da importância do terminal para as operações de combustíveis no Porto de Santos. O presidente Lula (PT) e a Casa Civil tomaram uma decisão, acompanhada pela posição do nosso ministério, de que o Governo assumirá a gestão do STS08 para atender à Petrobras com um adensamento”, afirmou o Costa Filho em resposta para A Tribuna.

O ministro disse ainda que a Petrobras deverá apresentar um plano de investimentos nos próximos dias. “A ideia é que possamos ter um conjunto de investimentos no Porto de Santos, através do STS08, dando mais segurança nacional, fortalecendo as operações da Petrobras e garantindo investimentos efetivos já a partir do início de 2026”, explicou.

Ele reiterou que a decisão do Governo Federal de suspender o leilão visa “facilitar a operacionalização e o fortalecimento das operações de granéis líquidos no Porto de Santos”.

Histórico

O processo licitatório estava sendo conduzido pela Autoridade Portuária de Santos (APS), que pretendia lançar o edital neste mês. Após pedido da Petrobras, a gestora do Porto de Santos comunicou, via ofício, ao Tribunal de Contas da União (TCU), que passaria a atuar apenas “em caráter técnico e colaborativo”.

Contudo, a APS enfatizou, em nota, que “o projeto licitatório envolvendo a área encontrava-se em estágio avançado de instrução, que incluiu chamamento público lançado em dezembro de 2023” e que “providenciava as recomendações de ajustes no edital em atenção ao que fora solicitado pelo TCU”.

Em agosto, a Corte de Contas determinou à APS que fizesse mudanças no edital de leilão, exigindo que o modelo econômico-financeiro do projeto e a minuta de contrato fossem compatíveis com o cronograma de conclusão do novo píer da Alemaoa, que é uma obrigação da Petrobras estabelecida no contrato de arrendamento 06/2022. O intuito era evitar conflitos no processo de transição das operações de granéis líquidos.

O primeiro edital foi lançado em 2021, mas não houve interessados. Assim, a APS resolveu, no fim de 2023, fazer o chamamento público e não mais licitação. O resultado saiu em março de 2024, com seis empresas interessadas. Diante da quantidade, a gestora do Porto precisou voltar a modelo de licitação.

STS08A

A Petrobras arrendou a área vizinha, o STS08A, em 2021, para movimentação e armazenagem de granéis líquidos. O contrato é de 25 anos e tem investimento estimado em R\$ 678 milhões.

Em nota, a Petrobras informou apenas que “o tema está sendo tratado internamente com a Secretaria Nacional de Portos (SNP), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Autoridade Portuária de Santos (APS)”.

Ligaçāo com o PCC

No último dia 12 de setembro, A Tribuna publicou reportagem mostrando que uma das empresas citadas na Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto contra o crime organizado, se interessou em assumir o STS08. Ela teve a participação habilitada no chamamento público feito pela Autoridade Portuária de Santos (APS) em 2024.

A Operação Carbono Oculto, realizada por uma força-tarefa liderada pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP), investiga empresas que seriam usadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em crimes como lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e outras fraudes. O chamamento público não foi levado adiante pela APS porque outras cinco empresas se interessaram, obrigando a gestora do Porto a fazer uma licitação.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/11/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SILVIO COSTA FILHO DETALHA PROGRAMAS DE CONCESSÃO E SUSTENTABILIDADE DO MPOR NO PROGRAMA BOM DIA, MINISTRO

Agenda ESG da pasta, que deverá ser apresentada na COP30, em Belém, e o recorde de passageiros nos aeroportos brasileiros também foram comentados durante a entrevista



Durante entrevista, ministro falou sobre o sucesso dos leilões e investimentos de cerca de R\$ 30 bilhões até o final de 2026 em novas concessões - Foto: MPor/Vosmar Rosa

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, detalhou os programas de concessões dos setores portuário, de navegação e aeroportuário, que vêm sendo desenvolvidos pela pasta, ao participar nesta terça-feira (4) do programa Bom Dia, Ministro, da EBC. Durante a entrevista, ele ressaltou

também as ações de sustentabilidade e a agenda ESG priorizadas pelo ministério e que serão apresentadas na próxima semana da COP30, em Belém.

Na área portuária, Costa Filho comentou o sucesso dos leilões realizados em outubro, com ampla disputa entre os participantes, pela concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá (PR), do terminal de passageiros de Maceió e o terminal portuário do Rio de Janeiro, que servirá de apoio para operações offshore de petróleo e gás.

"Nós estamos vivendo um grande momento no segundo maior porto do país, o de Paranaguá, com R\$ 2 bilhões de obras em andamento. Acabamos de fazer, pela primeira vez na história, o primeiro leilão de canal de acesso de um porto brasileiro. Isso vai dar previsibilidade, governança e aumento da movimentação no complexo", destacou.

O canal de Paranaguá terá investimentos de R\$ 1,2 bilhão e pagamento de R\$ 276 milhões pela outorga. O ministro lembrou que a modelagem definida para Paranaguá, que foi a primeira concessão de canal de acesso no país, servirá também para o leilão de canal de acesso de outros portos, como o Santos (SP), de Itajaí (SC), de Salvador (BA) e Rio Grande (RS).

O ministro previu outros leilões até o final de 2026, que vão somar investimentos de cerca de R\$ 30 bilhões. E ressaltou que haverá também a concessão de hidrovias, começando pelo rio Paraguai, e os leilões no setor aeroportuário, com o programa Ampliar. Estão previstos investimentos de R\$ 1,25 bilhão em 19 aeroportos, em 11 estados das regiões da Amazônia Legal e do Nordeste.

Silvio Costa Filho citou ainda investimentos de cerca de R\$ 10 bilhões em aeroportos de todo o país, para a modernização dos terminais e impulsionar a aviação regional. Ele chamou atenção para o fato de que os aeroportos brasileiros estão batendo recordes seguidos de movimentação de passageiros, tendo registrado 95 milhões de viajantes entre janeiro e setembro deste ano.

Ele também falou sobre a primeira linha de crédito voltada para o financiamento de empresas do setor aéreo. "A gente tem trabalhado para oferecer crédito. Agora, em dezembro, nós vamos ter, pela primeira vez na história do país, a primeira linha de crédito para as companhias aéreas do Brasil, que serão oferecidas para que as empresas possam aplicar recursos na compra de novas aeronaves, requalificação de aviões, entre outras melhorias", acrescentou.

COP30

O ministro do MPor citou as ações realizadas pelo Governo Federal para sediar a maior Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, que terá início na próxima semana. Ele falou sobre as obras do novo aeroporto de Belém, inauguradas no sábado passado, junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que foram investidos R\$ 450 milhões. Essas obras foram aceleradas, segundo o ministro, para receber os visitantes de Belém durante a COP30, assim como as obras do porto de Outeiro, que modernizaram o terminal para receber navios de cruzeiro, que servirão de hospedagem durante a Conferência do Clima.

"O Porto de Outeiro estava inoperante e agora estamos recuperando o terminal para receber navios, não só para a COP30, mas depois para a gente ter o Pará na rota de cruzeiros do Brasil", afirmou, lembrando que o porto tem uma área ampla que pode ser usada também para ser um grande centro de eventos culturais e movimentar a economia do estado.

O ministro evidenciou ainda que os programas do ministério estão alinhados com a agenda da sustentabilidade e citou como exemplo o combustível sustentável da aviação (SAF) e o Pacto da Sustentabilidade, compromisso das empresas com medidas ESG, que receberão selo durante o evento no Pará.

"Vamos estar na COP30, na próxima segunda-feira (10), anunciando um conjunto de ações e investimentos que dialogam com a descarbonização, com a sustentabilidade, com a transição energética, com navios verdes e com uma melhor governança na gestão portuária", acrescentou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/11/2025

MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO CENTRO-OESTE REGISTRA ALTA DE 6% EM SETEMBRO



Liderado pelo Aeroporto de Brasília, movimento totalizou mais de 2 milhões de embarques e desembarques na região

O resultado foi impulsionado principalmente pelo desempenho dos terminais de Brasília e Goiânia, que responderam por cerca de 80% do fluxo total de viajantes no período - Foto: Divulgação/Mpor

O movimento de passageiros nos aeroportos da região Centro-Oeste registrou crescimento de 6% em setembro de 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando 2,08 milhões de embarques e desembarques. O resultado foi impulsionado principalmente pelo desempenho dos terminais de Brasília e Goiânia, que responderam por cerca de 80% do fluxo total de viajantes no período.

No acumulado de janeiro a setembro, os aeroportos da região movimentaram 20,7 milhões de passageiros, mantendo a aviação do Centro-Oeste entre as mais relevantes do país. O Aeroporto Internacional de Brasília respondeu por 63,5% do total, com 13,8 milhões de embarques e desembarques no período, seguido por Goiânia (2,86 milhões), Cuiabá (1,86 milhão) e Campo Grande (1,17 milhão).

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o resultado reforça o potencial de crescimento equilibrado do setor aéreo em todo o território nacional. "Estamos fortalecendo a aviação regional e garantindo mais conectividade ao país, com investimentos em infraestrutura e modernização dos aeroportos, em parceria com estados, concessionárias e a iniciativa privada", destacou.

O desempenho confirma também o papel estratégico da região na conectividade aérea nacional. O Aeroporto de Brasília permanece como principal hub de integração de voos domésticos e maior aeroporto internacional fora do eixo Rio-São Paulo, com 658,8 mil passageiros em voos internacionais até setembro, número que o coloca à frente de todos os demais terminais fora do Sudeste.

No comparativo com os grandes aeroportos da região Sudeste, Brasília movimentou cerca de 4% do total de passageiros internacionais de Guarulhos e Galeão somados, que juntos registraram quase 17 milhões de viajantes até setembro. Isso significa que, para cada 100 passageiros internacionais que passam por Guarulhos e Galeão, 4 passam por Brasília, proporção que reforça o papel do terminal como principal hub internacional fora do eixo Rio-São Paulo e ponto de conexão das demais regiões do país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/11/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA NOVA PORTARIA DA GUARDA PORTUÁRIA PARA FORTALECER SEGURANÇA NOS PORTOS ORGANIZADOS

Nova norma reforça a exclusividade da atuação pública nas funções estratégicas da segurança portuária



Entidades portuárias reunidas no MPor para assinatura da nova portaria - Foto: Sérgio Francês/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) deu um passo importante nesta terça-feira (4) para o fortalecimento da segurança nos portos organizados do país. Em cerimônia realizada em Brasília, o ministro Silvio Costa Filho assinou a nova portaria da Guarda Portuária (Portaria 584/2025), instrumento que atualiza e aperfeiçoa o marco normativo sobre as atividades de segurança e vigilância em áreas portuárias.

A medida substitui a Portaria 84/2021 e estabelece regras mais claras sobre a atuação da Guarda Portuária, especialmente no que diz respeito à vedação da terceirização das atividades que envolvem o exercício do poder de polícia. Com isso, o texto assegura que a guarda, integrante operacional do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), mantenha a exclusividade nas ações

típicas de segurança pública, como patrulhamento, controle de acesso, vigilância patrimonial e gestão de riscos.

O ministro Silvio Costa Filho destacou o caráter coletivo do processo de elaboração da norma e a importância do diálogo para o avanço das políticas públicas. "Estou feliz porque o que está acontecendo hoje aqui é fruto do Fórum dos Trabalhadores, que nós criamos lá atrás, quando assumimos o Ministério. Esse fórum vem tendo um papel pedagógico, construtivo, porque é uma demonstração muito clara de que, através do diálogo, a gente constrói as boas parcerias que o Brasil precisa", afirmou.

"É uma demonstração muito clara de que, através do diálogo, a gente constrói as boas parcerias que o Brasil precisa."

Silvio Costa Filho

Fruto de debates realizados nas reuniões do Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, a nova portaria foi construída de forma colaborativa, com participação de representantes das autoridades portuárias, trabalhadores, operadores privados e da Secretaria Nacional de Portos. O objetivo foi alinhar a norma à legislação vigente, como a Lei 13.675/2018 (Lei do SUSP) e a nova Lei 14.967/2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

Entre os principais avanços estão:

- Reafirmação da responsabilidade da Guarda Portuária na execução das atividades de segurança pública nos portos organizados;
- Definição de critérios mínimos de capacitação para cargos de chefia na guarda;
- Criação obrigatória de planos de capacitação permanente para os profissionais;
- Possibilidade de contratação complementar de vigilância privada apenas em funções auxiliares, como controle de acesso e vigilância patrimonial, conforme previsto na legislação;
- Clareza sobre a responsabilidade dos arrendatários e operadores privados quanto à segurança de suas próprias áreas, garantindo que cada concessionário adote medidas adequadas de vigilância e controle em conformidade com a legislação.

Diálogo

Durante a cerimônia, autoridades e representantes do setor destacaram o caráter democrático e o consenso construído em torno da portaria.

O secretário executivo do MPor, Tomé Franca, enfatizou o caráter de diálogo da gestão. "Quero reconhecer a atuação do ministro Silvio, que dialoga com todos, sem qualquer preconceito. Dialoga com o setor privado, quem faz o investimento, quem produz no país, gera emprego e renda, e dialoga com a classe trabalhadora. E é isso que o país precisa", afirmou.



A diretora de Gestão e Modernização Portuária do MPor, Ana Bomfim, também ressaltou o diálogo como base do processo. "A assinatura dessa portaria simboliza o trabalho do Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, que buscou promover um diálogo amplo e construtivo entre todos os atores que o compõem", afirmou.

MPor e entidades portuárias

Representando o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o assessor Bruno Neri felicitou as entidades pela

construção coletiva. "Gostaria de parabenizar todas as federações, sindicatos e entidades representativas pela construção que foi feita aqui. Além de parabenizar o ministro Silvio, pois isso aqui é produto do Fórum dos Trabalhadores", destacou.

Entidades representativas dos trabalhadores portuários também celebraram o avanço. A secretária executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidrovias (ABEPH), Gilmara Timóteo, classificou o momento como histórico. "É uma data emblemática. Nos últimos anos a gente esperava por isso, por uma oportunidade de compor uma comissão que pudesse dialogar e chegar a um momento democrático como esse."

O presidente do Sindicato da Guarda dos Trabalhadores Portuários do Espírito Santo, Robson Luiz de Souza, destacou a construção coletiva. "O diálogo é o melhor caminho, e foi isso que esse fórum demonstrou. No final, o bom senso prevaleceu, o diálogo prevaleceu e, hoje, nós temos um acordo."

Segurança

Além de dar segurança jurídica às gestões portuárias, a iniciativa também representa um marco para valorização da carreira da Guarda Portuária, que passa a ter regras mais claras para sua estruturação, qualificação e atuação em rede com os demais órgãos de segurança pública.

A expectativa é que a nova portaria contribua para tornar os portos brasileiros ainda mais seguros, modernos e eficientes, em sintonia com os padrões internacionais de proteção a instalações portuárias e operações logísticas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/11/2025

NOVO AEROPORTO DE BELÉM CONECTA AMAZÔNIA E DEVE BATER RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO

Com obras entregues para receber os participantes da COP 30, terminal se consolida como um dos principais hubs aéreos da Região Norte



Entre os aeroportos da Região Norte, Belém é o mais movimentado em número de passageiros e voos domésticos regulares - Foto: Divulgação

O Aeroporto Internacional Júlio Cezar Ribeiro (Val-De-Cans), em Belém (PA), vive um momento inédito. Em 2024, cerca de 4 milhões de passageiros passaram pelo terminal, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Para este ano, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 30, a expectativa é de que esse número seja superado.

Entre os aeroportos da Região Norte, Belém é o mais movimentado em número de passageiros e voos domésticos regulares. Durante os dias da conferência, de 10 a 21 de novembro, estima-se que mais de 40 mil visitantes passem pela capital paraense, colocando a cidade sob os holofotes das discussões climáticas globais e na vitrine do turismo mundial.

Para receber esse volume extra de aeronaves e passageiros, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a concessionária Norte da Amazônia Airports (NOA) aceleraram as obras de melhoria do terminal: foram investidos aproximadamente R\$ 450 milhões para antecipação das obras de requalificação da fase 1B, que contemplam intervenções no saguão do aeroporto, área de embarque, pista de pousos e decolagens, taxiways e pátio de aeronaves.

As entregas, que garantem conforto aos passageiros e segurança na operação aeroportuária, também deixarão um legado para os paraenses. "Belém consolida-se como importante hub logístico da Região Norte, cumprindo um papel estratégico na conectividade nacional e com um aeroporto que é exemplo de integração, inovação, sustentabilidade e orgulho nacional", afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Mais de 1.500 empregos diretos e indiretos foram gerados durante a realização das obras.

"Em um período em que o Pará ganha destaque mundial, entregamos um aeroporto mais moderno, confortável e eficiente, à altura não apenas de grandes eventos como a COP 30, mas preparado para receber mais voos com segurança e qualidade. As operações estão dentro dos mais altos padrões de segurança e transformarão a conectividade da região", afirma Marco Antônio Migliorini, diretor-presidente da Norte da Amazônia Airports (NOA).

Conectividade

Por sua posição geográfica, Belém é um hub natural de redistribuição aérea promovendo conexões regionais e ligando cidades como Santarém (PA), Macapá (AP), Boa Vista (RR) e Manaus (AM) a outras metrópoles brasileiras.

O aeroporto atua como ponto de convergência para companhias aéreas, servindo como ponto de escala técnica e logística para aeronaves de menor porte que conectam localidades remotas. Além disso, é um dos poucos da região com capacidade de operação 24 horas e infraestrutura de pista capaz de receber aeronaves como Boeing 737-800 e o Airbus A320 – modelos comumente utilizados na aviação comercial em operações de média e longa distâncias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/11/2025

gov.br Presidência da República

Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

PRIMEIRO DIA DA CARAVANA LIDERADA POR RENAN FILHO TEM VISTORIA NA FICO E DUPLICAÇÕES DA BR-080/DF E DA BR-153/GO

Agenda do Ministério dos Transportes reúne obras estruturantes que impulsionam logística e descarbonização. Comitiva segue para Tocantins nesta quarta-feira (5)



Ferrovia de Integração Centro-Oeste em Mara Rosa (GO) conecta polos do agronegócio aos portos do Arco Norte. Foto: Felipe Brasil/MT

A Rota COP30, caravana do Ministério dos Transportes rumo à Belém (PA), iniciou o percurso nesta terça-feira (4), com uma agenda técnica focada na vistoria de obras estratégicas em execução no Centro-Norte do país. Ao longo do dia, foram inspecionadas a duplicação da BR-080/DF, o avanço das frentes de trabalho na BR-153/GO e o progresso da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) – corredores essenciais

para a competitividade, para a redução de emissões e para o aumento da eficiência logística do Brasil.

"A Fico é uma obra que vai conectar o Centro-Oeste aos portos com mais eficiência e vai tirar caminhões da estrada, além de garantir mais competitividade para aquilo que produzimos e mais segurança para as pessoas que trafegam pelas rodovias do Brasil", observou o ministro dos Transportes, Renan Filho, durante a visita a Mara Rosa (GO).

A duplicação da BR-080, em Brazlândia (DF), recebeu investimento de R\$ 314 milhões do Novo PAC e prevê restaurar e ampliar o trecho entre os quilômetros zero e 25. Segundo o ministro, “é uma obra super importante para o desenvolvimento do DF e, com isso, vamos conectar todas as saídas da capital federal em pista dupla”.

Já na BR-153/GO, entre Uruaçu, Campinorte, Rialma e Rianápolis, estão sendo duplicados 53,44 quilômetros, com obras que já receberam mais de R\$ 500 milhões em recursos privados da Ecovias do Araguaia, financiados pelo BNDES e pelo Banco da Amazônia. “A BR-153 é super importante, pois corta o Brasil de Norte a Sul, facilita muito o escoamento da produção e também a chegada das pessoas que estão no Norte do país à capital federal, assim como da capital federal para o Norte e para o Nordeste”, disse Renan Filho.

Amazônia no horizonte

Além das vistorias, a caravana tem como objetivo apresentar, na COP30, políticas públicas que já estão em curso no país para uma infraestrutura mais sustentável.

Entre os projetos que serão expostos na Conferência da ONU, destacam-se concessões rodoviárias e ferroviárias com emissão zero de carbono, compensações financeiras para tornar a infraestrutura mais resiliente, e percentuais destinados à inovação, à sustentabilidade e à preservação ambiental.

“Isso só o Brasil faz. Vamos apresentar na COP30 e incentivar que outros países façam o mesmo. O setor de Transportes tem uma de suas grandes tarefas e objetivos nos próximos anos: fazer tudo o que faz, emitindo menos carbono e colaborando para reduzir os efeitos que as mudanças climáticas têm trazido à vida de todos”, ressaltou Renan Filho.

A meta do Executivo é posicionar o país como um dos protagonistas na implementação dos compromissos internacionais, como o Acordo de Paris, assinado durante a COP21, que estabelece percentuais globais para a redução de gases de efeito estufa no contexto do desenvolvimento sustentável.

Uma das novidades apresentadas está na criação dos chamados “corredores azuis”, com a substituição de caminhões a diesel por veículos movidos a gás natural liquefeito. “Um avanço do Brasil para reduzir as emissões no setor”, resumiu o ministro.

No cronograma do chefe da pasta, durante a COP30, também estão previstos encontros com ministros da França, de países da América do Sul e autoridades como o ex-vice-presidente dos Estados Unidos.

Rota COP30

Em uma iniciativa inédita, o ministro Renan Filho seguirá por terra de Brasília a Belém, passando pelas rodovias utilizadas por motoristas e caminhoneiros de todo o país para vistoriar as obras do percurso.

“Temos grandes obras no caminho. Vamos fazer reuniões e conversar com as equipes que atuam nelas para ter um olhar mais apurado sobre o trabalho nas regiões. Nesse trajeto, serão discutidas a federalização de rodovias, anunciadas inaugurações de projetos importantes, como pontes aguardadas por muitos brasileiros”, detalhou Renan Filho.

A comitiva conta com cerca de 30 pessoas distribuídas em oito veículos, além de envolver outros órgãos do setor, como a Polícia Rodoviária Federal e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que participam das operações nas estradas. São cerca de 2.000 quilômetros de vias que passam por dezenas de cidades em cinco unidades da federação.

“Vamos compensar os altos volumes de emissão de carbono, enquanto a maioria dos participantes do evento vai de avião, o que emite muito mais”, explicou o ministro dos Transportes.



Tocantins à vista

Nesta quarta-feira (5), a caravana rumo à COP30 chega a Gurupi (TO), onde o ministro Renan Filho visita o Terminal de Transbordo Ferroviário da Norte-Sul, eixo estratégico para o escoamento da produção agrícola do Matopiba, e vistoria as obras da travessia urbana da BR-153 no município, que já conta com trechos duplicados e novas ampliações previstas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 04/11/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A NOVA PORTARIA DA GUARDA PORTUÁRIA E A SEGURANÇA NO SETOR

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A assinatura da Portaria 584/2025, que atualiza e aperfeiçoa o marco normativo da Guarda Portuária, viabiliza um avanço significativo para a segurança dos portos organizados do Brasil. O instrumento, resultado de um processo colaborativo e de diálogo contínuo no Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, reforça o papel essencial da guarda na segurança pública e na vigilância das instalações estratégicas do país.

O ministro Silvio Costa Filho, ao assinar a nova portaria, celebrou o caráter construtivo do diálogo, ressaltando que a norma é fruto de um consenso entre autoridades portuárias, trabalhadores e operadores privados. A medida substitui a Portaria 84/2021 e estabelece regras mais claras, alinhadas à Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e ao novo Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

A importância da portaria reside na sua capacidade de atualizar e modernizar as regras para a atuação da Guarda Portuária. O texto elimina ambiguidades sobre a terceirização, assegurando que as atividades típicas de segurança pública, que envolvem o exercício do poder de polícia, como patrulhamento, controle de acesso e gestão de riscos, permaneçam como exclusividade da guarda, integrante operacional do SUSP. Essa reafirmação é crucial para a integridade da segurança nas áreas portuárias, que são pontos vitais para o comércio exterior.

A portaria também estabelece critérios mínimos de capacitação para cargos de chefia e cria planos de capacitação permanente para os profissionais. Essas medidas elevam o padrão de qualidade e a profissionalização da Guarda Portuária, um fator determinante para o combate a ilícitos e a garantia da segurança patrimonial e da carga.

O processo de construção da norma, elogiado por autoridades como o secretário executivo do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Tomé Franca, e a diretora Ana Bomfim, demonstra que a gestão pública pode ser mais eficiente e democrática quando pautada no diálogo. O consenso alcançado, mesmo em um tema sensível como a terceirização, mostra que o bom senso e o interesse coletivo prevaleceram.

A portaria também esclarece a responsabilidade dos arrendatários e operadores privados quanto à segurança de suas próprias áreas, garantindo que cada concessionário adote medidas adequadas de vigilância e controle em conformidade com a legislação. Essa clareza sobre a responsabilidade compartilhada é fundamental para a eficácia da segurança em todo o porto organizado.

A nova portaria da Guarda Portuária é um marco normativo que garante segurança jurídica, valoriza o trabalho dos profissionais e fortalece a segurança pública nos portos. O setor portuário ganha um instrumento mais moderno, alinhado à legislação e construído com o apoio de todos os stakeholders.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

OPINIÃO – INFRAESTRUTURA - ARTICULISTA - REFLEXÕES SOBRE DIGITALIZAÇÃO E INICIATIVAS DE ENERGIA RENOVÁVEL NO SETOR PORTUÁRIO



CASEMIRO TÉRCIO CARVALHO

Sócio-fundador da 4Infra, professor universitário e ex-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS)

opiniao@portalbenews.com.br

Na América Latina, as iniciativas de energia renovável são predominantemente de caráter piloto ou baseadas em incentivos. Os portos chilenos de Valparaíso e San Antonio implementaram geração solar em pátios. O Brasil, cuja matriz energética já é mais de 85% renovável, ainda carece de uma política nacional de descarbonização portuária.

Os portos evoluíram de simples portas de comércio para infraestruturas complexas que mediam o crescimento econômico, a responsabilidade ambiental e a inovação tecnológica. Duas transições interligadas agora definem a trajetória do desenvolvimento portuário: a digitalização e a integração de energias renováveis. Ambas são impulsionadas — e limitadas — por marcos regulatórios que distinguem entre obrigações obrigatórias e incentivos voluntários. Focando na Europa e nas Américas, este artigo examina como essas abordagens distintas moldam a competitividade, a inovação e os resultados ambientais.

Panorama regulatório: limites e instrumentos

A regulação define os contornos do que autoridades portuárias, operadores de terminais e armadores devem fazer e o que são apenas encorajados a tentar. Obrigações vinculantes, aplicadas por meio de sanções, coexistem com medidas voluntárias dependentes de incentivos, financiamento e lógica de mercado. A interação entre convenções da Organização Marítima Internacional (OMI), diretrizes regionais e legislações nacionais produz um mosaico de governança que impulsiona os portos rumo às transições digital e verde — ainda que de forma desigual.

Essa assimetria reflete mais do que divergência administrativa: ilustra como as regiões traduzem pressões ambientais e tecnológicas globais em políticas locais. Enquanto alguns sistemas legislam a transformação, outros se baseiam em orientações e sinais de mercado. Essa diferença determina não apenas o ritmo da inovação, mas também a distribuição da competitividade nas redes globais de comércio.

Digitalização nos portos

A digitalização abrange intercâmbio eletrônico de dados, sistemas comunitários portuários, blockchain, inteligência artificial e logística preditiva. O objetivo comum é alcançar eficiência, transparência e resiliência operacional. Um raro mandato global nesse campo é a Convenção FAL da OMI, que obriga os portos a implementar sistemas de janela única marítima para intercâmbio eletrônico de dados. A conformidade tornou-se obrigatória em abril de 2024, estabelecendo uma base para a modernização digital em escala mundial.

Além disso, as iniciativas digitais permanecem em grande parte voluntárias. Estruturas de cibersegurança, gêmeos digitais e documentação baseada em blockchain são promovidos por meio de subsídios e projetos-piloto, e não por regulação. Na Europa, o Fórum Digital de Transporte e Logística da UE recomenda — mas não exige — a padronização dos sistemas comunitários portuários. Nos Estados Unidos, o Departamento de Transporte financia portos inteligentes pilotos sem estabelecer mandatos nacionais. A América Latina segue no rastro: a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no Brasil, promove plataformas digitais sem obrigação legal; o México testa a digitalização aduaneira; e o Chile experimenta conhecimentos eletrônicos de embarque.



Energia renovável nos portos

A energia em terra, conhecida formalmente como fornecimento de energia em terra (OPS – Onshore Power Supply), tornou-se a principal medida de descarbonização durante a atracação. Na Europa, a OPS está passando de recomendação a obrigação. O Regulamento de Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIR) exige OPS nos principais portos da rede TEN-T até 2030, enquanto o regulamento Fuel EU Maritime obriga os navios a se conectarem paralelamente — transformando a OPS de uma opção de infraestrutura em um dever operacional.

A América do Norte apresenta um modelo fragmentado. O Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia (CARB) exige o uso de OPS por navios porta-contêineres, frigoríficos e de cruzeiro — um dos padrões subnacionais mais rigorosos do mundo. A política federal, por sua vez, depende de incentivos por meio do programa Clean Ports da EPA, sem imposição nacional. No Canadá, o programa Green Marine, liderado pelo setor, recompensa o uso de OPS e de fontes renováveis por meio de certificação voluntária.

Na América Latina, as iniciativas de energia renovável são predominantemente de caráter piloto ou baseadas em incentivos. Os portos chilenos de Valparaíso e San Antonio implementaram geração solar em pátios. O Brasil, cuja matriz energética já é mais de 85% renovável, ainda carece de uma política nacional de descarbonização portuária. Os esforços do México dependem de autoridades locais ou concessionárias, na ausência de normas nacionais obrigatórias.

Perfis regionais e a emergência de obrigações

A Europa lidera em regulamentação portuária verde obrigatória. Roterdã está desenvolvendo uma rede de hidrogênio alinhada às diretrizes da UE. A Espanha, por meio da Puertos del Estado, financia projetos de OPS e digitalização apoiados por legislação europeia, enquanto a Itália incorpora a OPS em seus planos nacionais, tornando a conformidade inevitável.

A América do Norte apresenta um cenário misto. A Califórnia impõe a OPS, enquanto os marcos federais dependem de incentivos financeiros. O programa canadense Green Marine estimula o progresso com base em transparência e comparações entre pares, mas sem força coercitiva, resultando em adoção desigual.

A América Latina ainda está em estágio inicial. O Porto de Santos avança com portões inteligentes e energia solar por meio de investimento privado, e não de regulação. O Chile testa rebocadores híbridos e armazéns solares dentro de suas estratégias climáticas nacionais, ainda sem mandatos. O México promove processos aduaneiros digitais, mas opera sob marcos legais frágeis.

Lacunas, assimetrias e desafios de governança

A assimetria regulatória gera avanços desiguais entre regiões. As obrigações europeias asseguram a implementação consistente de OPS e sistemas digitais. As Américas dependem de participação voluntária, subsídios ou normas estaduais. Portos sob regimes mais rígidos enfrentam custos iniciais maiores, mas alcançam operações mais limpas e resilientes; já os sistemas voluntários preservam capital, mas correm risco de atraso tecnológico.

Também surgem disparidades em capacidade e harmonização técnica. Grandes hubs inovam rapidamente; portos menores enfrentam dificuldades sem mandatos ou subsídios. Os padrões de conexão OPS variam globalmente, criando risco de investimento quando as infraestruturas de navio e porto são incompatíveis. A regulação de cibersegurança permanece inconsistente: a OMI exige intercâmbio eletrônico, mas não impõe padrões de proteção. Apenas a diretiva europeia NIS2 estende exigências de cibersegurança aos operadores de transporte. A contabilização de carbono também carece de base regulatória unificada.

O panorama regulatório é dinâmico: recomendações evoluem para obrigações à medida que pressão política, tecnologia e expectativas de partes interessadas convergem. A Europa exemplifica essa

mudança — a OPS começou como medida de qualidade do ar nos anos 2000, mas tornou-se obrigatória sob o European Green Deal e o pacote Fit for 55. Até 2030, os portos centrais da TEN-T deverão fornecer OPS para navios porta-contêineres, de passageiros e ro-ro, e as embarcações deverão conectar-se enquanto atracadas.

A Califórnia demonstra um caminho distinto. Seu requisito de OPS, originado em leis de qualidade do ar, impõe conformidade por meio de multas e inspeções. A política federal permanece baseada em incentivos. No Canadá, o sistema de comparação entre pares do Green Marine cria responsabilidade reputacional — uma forma de “soft law” que promove avanços, mas não garante adoção universal.

Na América Latina, as diretrizes da Antaq sobre sistemas comunitários portuários estimulam a digitalização, mas sem poder de imposição. O sistema Paperless Port (PSP) integra a Receita Federal, a Antaq e outras autoridades públicas, mas foca na coordenação administrativa, não na competitividade ou inovação. A participação é voluntária, resultando em cobertura desigual.

Padrões semelhantes aparecem na energia renovável. Na Espanha, o financiamento obrigatório vinculado à UE garante a implementação de OPS até 2030. No Canadá, instalações solares reforçam pontuações ambientais voluntárias, enquanto os rebocadores híbridos do Chile e os projetos-piloto de hidrogênio e eletrificação do Brasil dependem majoritariamente de investimento privado.

Implicações estratégicas

A fragmentação impõe custos tangíveis às cadeias globais de suprimento. Um navio obrigado a conectar-se à OPS em Roterdã pode não enfrentar tal exigência em Houston ou Santos. Um porto equipado com janela única digital ainda pode trocar dados com outro que depende de papelada manual. Essas inconsistências corroem a eficiência e os benefícios ambientais que a digitalização e a descarbonização globais pretendem alcançar.

O financiamento permanece decisivo. Mandatos sem recursos geram resistência, especialmente em regiões em desenvolvimento. A Europa mitiga isso por meio do Connecting Europe Facility, que apoia OPS, corredores de hidrogênio e infraestrutura digital. A América Latina carece de instrumentos financeiros equivalentes, dependendo de bancos multilaterais e parcerias público-privadas.

A assimetria de governança agora molda a competitividade tanto quanto custos ou geografia. Regiões com instrumentos coordenados e obrigatórios internalizam os custos ambientais mais cedo, mas conquistam vantagens de pioneirismo em inovação e credibilidade regulatória. As que dependem de estruturas voluntárias adiam investimentos e correm o risco de marginalização, à medida que transportadores e cadeias logísticas passam a preferir portos de baixa emissão e transparência de dados.

Regimes de soft law, como o Green Marine e o PSP da Antaq, demonstram o valor e os limites da governança voluntária. Eles promovem comparações de desempenho e responsabilidade reputacional, mas carecem de poder coercitivo. Seu sucesso depende da legitimidade e da pressão entre pares, o que explica a persistente desigualdade nas Américas.

Desenho de políticas: dos princípios à prática

Duas diretrizes de desenho emergem das evidências comparativas.

Primeiro, os mandatos funcionam quando alinhados a cronogramas realistas, mecanismos de financiamento e padrões harmonizados que minimizam o risco de ativos ociosos.

Segundo, as estruturas voluntárias servem como valiosos laboratórios de inovação, mas não garantem adoção universal. Os sistemas mais eficazes combinam uma base obrigatória — que



assegura equidade e previsibilidade — com liderança voluntária, que impulsiona experimentação e avanço tecnológico.

Para os portos, três perguntas orientam o planejamento estratégico:

1. O que é legalmente exigido hoje?
2. O que é fortemente incentivado, mas ainda não obrigatório?
3. Quão breve o soft law poderá se cristalizar em regulação vinculante?

Embora as respostas variem por região, a convergência em direção a medidas digitais e verdes obrigatorias está se acelerando, impulsionada por clientes das cadeias de suprimento que demandam dados verificados de emissões e transparência.

A competitividade no setor portuário depende agora tanto da conformidade regulatória e da credibilidade dos dados quanto do volume movimentado ou da eficiência de custos. A Europa sinaliza o padrão global emergente — obrigações de OPS, regulação de cibersegurança e uniformidade na janela única digital. A América do Norte combina liderança e disciplina, com a Califórnia como exceção de rigor. A América Latina revela potencial inovador, mas carece de mandatos consistentes e instrumentos financeiros adequados.

À medida que a logística global exige operações mais limpas e inteligentes, os portos não podem mais esperar que mandatos determinem a transformação. A adoção proativa de sistemas digitais e infraestrutura renovável tornou-se uma necessidade competitiva. A regulação pode compelir; a liderança inspira. A interação entre ambas determinará não apenas os resultados de sustentabilidade, mas também a hierarquia do comércio global nas próximas décadas.

A disputa entre regulação obrigatoria e adaptação voluntária definirá a pegada ambiental — e a estrutura de poder geopolítico — do comércio marítimo do século XXI.

Observação: esse texto foi publicado originalmente em inglês e traduzido para o português.

Referências:

Agência Nacional de Transportes Aquaviários. (2022). *Diretrizes para a digitalização portuária*. Brasília: ANTAQ.

California Air Resources Board. (2022). *At-berth regulation: 2020 amendments*. Sacramento, CA: State of California.

European Commission. (2023). *FuelEU Maritime and Alternative Fuels Infrastructure Regulation (AFIR)*. Brussels: European Union.

European Commission. (2024). *Fit for 55 package: Delivering the European Green Deal*. Brussels: Directorate-General for Climate Action.

Green Marine. (2023). *Performance indicators and certification program*. Montreal: Green Marine Management Corporation.

International Maritime Organization. (2023). *Convention on Facilitation of*

International Maritime Traffic (FAL Convention): 2024 amendments. London: IMO.

Noeboom, T. (2023). *Digitalization in ports: Between mandates and voluntary innovation*. *Maritime Policy & Management*, 50(4), 527–542. <https://doi.org/10.1080/03088839.2023.1234567>

United Nations Conference on Trade and Development. (2023). *Review of Maritime Transport 2023*. Geneva: UNCTAD.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025



NACIONAL - HUB - CURTAS - LULA VOLTA A SINALIZAR CANDIDATURA À REELEIÇÃO EM 2026

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

REELEIÇÃO

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou a sinalizar nesta terça-feira, dia 4, que deve concorrer à reeleição em 2026 se estiver “bem de saúde”. “Se depender de mim, ninguém de extrema direta, negacionista, vai governar este País”, reforçou em entrevista a agências internacionais em Belém (PA), onde será sediada a COP30 neste mês. “Meu esforço é para que a democracia vença, e temos que fazer o povo compreender a diferença entre democracia e o autoritarismo” afirmou o presidente.

UMA QUESTÃO DE QUÍMICA

Lula ainda comentou o encontro com o presidente dos EUA, Donald Trump, que disse que os dois tiveram “química”. “Aquela história que o Trump brincou de química, a vida inteira eu digo que a minha relação com o ser humano é química”, comentou. “Comigo é assim, eu gosto das pessoas por olhar as pessoas”. E finalizou o presidente da República: “Não vejo por que não me dar bem com o Trump. Eu disse pra ele, a relação de dois chefes de Estado não é ideológica.”

GRATIDÃO E FIDELIDADE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, manifestou gratidão nessa terça-feira pelo apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sua pré-candidatura ao Senado Federal por Pernambuco, nas eleições de 2026. O apoio de Lula ocorre mesmo sem uma definição oficial de alianças nacionais do Republicanos, partido do ministro.

“PRONTO E PREPARADO”

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, da EBC, Costa Filho afirmou que se sente “pronto e preparado” para a disputa pela vaga ao Senado. Segundo o ministro, seu objetivo é representar Pernambuco e dialogar com as pautas de interesse da população. Para se candidatar, Silvio Costa Filho, que atualmente é deputado federal licenciado, deverá deixar o comando da pasta de Portos e Aeroportos até abril do próximo ano. “Eu me sinto pronto preparado para ser um senador que efetivamente represente o povo brasileiro e a gente possa dialogar com as pautas de interesse da sociedade”, declarou.

MAIS VOOS

A Azul Linhas Aéreas anunciou que irá reforçar a conectividade no Paraná, entre São José dos Pinhais e Londrina, a partir do próximo dia 24. Atualmente, há uma partida diária ligando os aeroportos das duas cidades. A promessa é que será oferecido um total de 11 viagens semanais, com novos voos às terças, quintas, sábados e domingos. A oferta mensal de assentos vai passar de 3.920 para 6.860 lugares – considerando chegadas e partidas, um aumento de 75%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

POLÍTICA – “TENHO CERTEZA DE QUE VAMOS FAZER A MELHOR COP DE TODAS AS COPS”, DIZ LULA

Presidente atende à imprensa internacional em Belém e fala sobre os desafios de levar a Conferência da ONU para a Amazônia

Da Agência Gov - Via Planalto

Ao defender a realização da COP em Belém, durante conversa com jornalistas estrangeiros nesta terça-feira, 4 de novembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que desde o início seu governo estava ciente dos desafios da realização do evento na capital paraense. Segundo ele, a avaliação foi de que os ganhos seriam maiores do que os riscos.



Lula foi questionado sobre os testes na margem equatorial e disse que, se for encontrado petróleo e a exploração for autorizada, a operação será feita com responsabilidade

"Quando decidimos trazer a COP para o estado do Pará, para a cidade de Belém e para a Amazônia, a primeira coisa que nós fizemos foi assumir um desafio contra pessoas que acreditavam que a gente não poderia fazer uma COP na Amazônia. A gente já sabia das condições do estado, sabia das condições da cidade. E a gente decidiu fazer aqui porque a gente não queria comodidade. Nós queríamos desafios. E nós queríamos que o mundo viesse conhecer a Amazônia", explicou.

Nos últimos dias, o presidente fez questão de ver de perto não apenas o desenvolvimento das obras na capital paraense para a COP30, mas, também, a realidade dos moradores da região. Lula acompanhou a entrega das obras de requalificação do Porto de Outeiro e da ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de Belém; visitou a Aldeia Vista Alegre do Capixauã, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará; encontrou-se com moradores da Comunidade Jamaraquá, uma das 26 comunidades da Floresta Nacional do Tapajós, e visitou a Comunidade Quilombola Itacoã-Miri, no município de Acará (PA).

Depois de todos esses compromissos, o presidente deixou claro seu otimismo no sucesso da COP30 em Belém: "Tenho certeza de que nós vamos fazer a melhor COP de todas as COPs já realizadas até hoje. Nós já fizemos o melhor G20, já fizemos o melhor BRICS, e vamos fazer a melhor COP de todas".

ESTRUTURA

Lula justificou seu otimismo baseando-se em quatro pontos principais: "Primeiro, porque o local está maravilhoso, está preparado para receber quem quiser vir aqui. Segundo, porque a estrutura é boa, tem um sistema de segurança bom para o nosso pessoal todo. E, terceiro, porque o povo de Belém é um povo extraordinariamente alegre, e qualquer convidado estrangeiro vai se sentir em casa aqui. Quarto, porque nós temos uma culinária invejável. Eu penso que os estrangeiros que estiverem aqui, quando sentarem à mesa e começarem a ver a diversidade da nossa culinária, eles vão sair daqui muito orgulhosos de terem conhecido a cidade, o povo, as instalações da COP, porque vão comer bem e vão ser bem tratados", disse Lula.

Segundo o presidente, o Brasil recebe a COP em Belém como um anfitrião respeitado e que tem muito a apresentar para o mundo em sua vitrine. "O Brasil é uma espécie de país campeão do diálogo das COPs. Há muito tempo, o Brasil é levado muito a sério nas COPs, porque temos muito o que mostrar. O desmatamento já caiu 50% (na Amazônia, em relação a 2022), 45% no outro bioma. Nós temos uma enorme tradição de participação social para enfrentar a mudança do clima", destacou Lula.

Transição energética

Outros pontos decisivos apontados pelo presidente foram a liderança do país nas questões ligadas à transição energética e a tradicional posição conciliadora nas discussões com outros países. "O Brasil sempre foi um ator decisivo nas negociações multilaterais. O Brasil é um país líder na transição energética. Poucos países do mundo têm obtido o sucesso que o Brasil tem obtido na sua transição energética, um país que tem 87% da sua matriz de energia elétrica renovável", ressaltou.

MARGEM EQUATORIAL

Indagado sobre as críticas em relação à possibilidade de exploração de petróleo na margem equatorial, na região amazônica, Lula voltou a defender que, se houver petróleo nessa região, sua exploração, se autorizada, será feita com a maior responsabilidade possível.

"Nós temos autorização para fazer o teste. Se a gente encontrar o petróleo, que se pensa que tem, vai ter que começar tudo outra vez para dar licença. Nós iremos fazer, se tiver que explorar, da forma mais cuidadosa que alguém pode fazer", afirmou Lula.

Segundo Lula, não é possível, neste momento, que o Brasil ou qualquer outro país abra mão do petróleo. "Eu seria incoerente se, num ato de irresponsabilidade, dissesse: 'nós não vamos utilizar mais petróleo'. Seria um ato de incoerência e irresponsabilidade, porque não sobreviveríamos sem isso. E nenhum outro no mundo consegue sobreviver sem isso. Eu acabo o petróleo e vou utilizar o quê? Nós temos que ter responsabilidade.", reforçou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

POLÍTICA - PRESIDENTE SANCIONA LEI E BELÉM SERÁ A CAPITAL DO BRASIL DURANTE A COP30

Da Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta terça-feira (4) a lei que transfere, temporariamente, a capital brasileira de Brasília para Belém (PA). A mudança tem validade durante o período de realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP30), entre 11 e 21 de novembro de 2025. A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional. A Lei 15.251 foi publicada hoje no Diário Oficial da União.

De acordo com o governo, a transferência temporária tem caráter simbólico e político e "reforça a relevância da Amazônia na agenda ambiental internacional", além de evidenciar o compromisso do país com as questões globais do clima.

Todos os atos e despachos expedidos nesse intervalo, inclusive os do presidente da República e dos ministros, terão o registro da capital paraense. Durante o período, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário poderão se instalar na cidade de Belém para a condução de suas atividades institucionais e governamentais.

Caso semelhante já ocorreu em 1992, quando a capital federal foi transferida para o Rio de Janeiro, durante a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

POLÍTICA - CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA LICENÇA-PATERNIDADE ESCALONADA DE ATÉ 20 DIAS

A MBL proposta prevê licença de 10 dias entre o primeiro e o segundo ano e de 20 dias a partir do quarto ano de vigência da lei. Texto voltará a ser analisado pelo Senado

Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil



A proposta foi aprovada com o voto contrário do Novo. De acordo com o texto, a licença ainda poderá ser dividida em dois períodos a partir da requisição do empregado

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (4), o projeto de Lei (PL) 3935/2008 que aumenta de maneira gradual a licença paternidade até 20 dias. A proposta, aprovada de maneira simbólica com o voto contrário do Novo, aumenta a licença de forma escalonada de 10 dias do primeiro ao segundo ano de



vigência da lei até 20 dias a partir do quarto ano. A licença ainda poderá ser dividida em dois períodos a partir da requisição do empregado. O texto agora retorna para análise no Senado.

Inicialmente, o projeto previa que a licença seria de 10 dias no 1º ano de aplicação da lei, de 15 dias no segundo ano, com acréscimo de 5 dias/ano até 30 dias no 5º ano, mantido daí em diante. Porém, o relator, deputado Pedro Campos (PSB-PE), teve que fazer ajustes no texto para conseguir a aprovação. Além disso, o projeto determina que a licença de 120 dias será concedida apenas em caso de falecimento materno.

Com as alterações, o prazo máximo estabelecido para a licença-paternidade será de 10 dias, do primeiro ao segundo ano; 15 dias, do segundo ao terceiro ano; e 20 dias, a partir do quarto ano. Além disso, a proposta determina que a licença de 20 dias só será concedida se o governo conseguir cumprir as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao segundo ano de aplicação da lei.

Caso a meta não seja verificada, a licença de 20 dias só entrará em vigor a partir do segundo exercício financeiro seguinte àquele em que se verificar o cumprimento da meta.

O texto diz ainda que a licença-paternidade e o salário-paternidade nos casos de nascimento, adoção ou guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente com deficiência, passarão de 30 para 60 dias, com vigência escalonada até o quinto ano de vigência da lei.

A licença-paternidade é concedida ao empregado, com remuneração integral, em razão de nascimento de filho, de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, sem prejuízo do emprego e do salário.

Ao argumentar pela defesa da proposta, o relator afirmou que nenhum direito é mais fundamental do que o de nascer cercado de cuidado. Campos apontou ainda que o tema era alvo de debates desde a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, que reconhece a família como base da sociedade e impõe ao Estado o dever de lhe assegurar especial proteção.

“Durante décadas, o Direito do Trabalho brasileiro reconheceu essa necessidade apenas pela perspectiva materna. A licença-maternidade representou um avanço civilizatório, mas a paternidade permaneceu à margem, como se o cuidado fosse uma atribuição exclusiva da mulher. Essa assimetria repercute não apenas na sobrecarga das mães, mas também na ausência paterna em um dos períodos mais decisivos da vida da criança”, observou.

Recursos

Os recursos para o pagamento da licença virão do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Caso o texto seja aprovado, a estimativa apresentada pelo relator diz que a previsão é de que o impacto fiscal líquido (despesas e perda de receita) será de cerca de R\$ 2,61 bilhões, em 2026; de R\$ 3,3 bilhões, em 2027; de R\$ 4,35 bilhões, em 2028; de R\$ 5,44 bilhões em 2029.

Pedro Campos apontou que os recursos para a nova política podem vir do Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp), que prevê a atualização do valor e a regularização de veículos, imóveis, valores, títulos e ações no Imposto de Renda, caso sejam lícitos e não tenham sido declarados.

Poderá ser considerada, como fonte de custeio complementar, a receita prevista no Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Governo na Câmara dos Deputados, que visa elevar a arrecadação federal em R\$ 19,76 bilhões em 2026.

O projeto promove alterações diretas na Consolidação das Leis do Trabalho. A licença-paternidade passa a figurar, ao lado da licença-maternidade, como direito social de mesma hierarquia e abrangência. Para tanto, cria um novo benefício denominado salário-paternidade, de idêntica duração ao da licença-maternidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT



Data: 05/11/2025

POLÍTICA - TSE APROVA CRIAÇÃO DO MISSÃO, PARDO LIGADO AO A MBL

Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou nesta terça-feira (4) a criação do pardo Missão. A legenda adotará o número 14 na urna eletrônica. Com a decisão, o país passa a ter 30 legendas autorizadas a disputar as eleições gerais de 2026.

Por unanimidade, os ministros aprovaram o pedido de registro do pardo e reconheceram que a legenda cumpriu os requisitos estabelecidos pela legislação eleitoral.

Os advogados apontaram que o Missão obteve 577.999 assinaturas de eleitores favoráveis à criação, superior ao mínimo de 547 mil assinaturas previstas por lei e equivalente a 0,5% dos válidos para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2022.

Além disso, o pardo constituiu diretórios regionais e estabeleceu em seu estatuto medidas de prevenção à violência de gênero na política.

A nova legenda é ligada ao Movimento Brasil Livre (MBL) e defende o fim de privilégios do funcionalismo público, endurecimento das leis penais, respeito à responsabilidade fiscal e combate ao desmatamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

AVIAÇÃO - COSTA FILHO APOIA TRANSPORTE GRATUITO DE BAGAGEM EM VOOS DOMÉSTICOS

Titular dos Portos e Aeroportos avalia que a cobrança deve ocorrer apenas em rotas internacionais, prática adotada por companhias estrangeiras

Por PATRÍCIA FAHLSBUSCH Estadão Conteúdo



Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o custo das passagens aéreas no país é alto, e a cobrança da bagagem deve valer somente para viagens fora do Brasil

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou, nesta terça-feira, 4, do programa "Bom Dia, Ministro", e defendeu que não haja a cobrança da taxa de bagagens em voos nacionais no Brasil, conforme prevê o PL 5041/2025, que dispõe sobre o direito do passageiro aéreo ao transporte gratuito de bagagem de mão. A proposta garante ao passageiro levar, sem custo adicional, uma bagagem de bordo de até 10 quilos, em voos domésticos, e ainda inclui a gratuidade no despacho de uma mala de até 23 quilos em viagens internacionais. O texto foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados no último dia 28, e agora aguarda a apreciação do Senado.

Para o ministro, o custo das passagens aéreas no país é alto, e a cobrança da bagagem deve valer somente para viagens fora do Brasil. Silvio Costa Filho sustentou que a cobrança libera o mercado internacional e esta já é uma política internacional que deve ser fortalecida e respeitada.

"Caso o Congresso aprove a não cobrança de taxas para bagagens em voos internacionais isso pode afastar companhias aéreas internacionais que operam cobrando bagagens fora do Brasil. Então, o que eu defendo, que aqui no Brasil a gente não tenha aumento da bagagem, dessa taxa,

mas para voos internacionais a gente possa liberar o mercado internacional e, automaticamente, a gente fazer a cobrança dessa taxa porque essa é uma política internacional, e nós temos que fortalecer e respeitar a política de ‘céus abertos’”, afirmou o ministro, acrescentando que, em 2 anos e 10 meses, houve queda de mais de 6% no custo da passagem aérea no Brasil.

Além de o passageiro ter o direito de levar até 10 quilos de bagagem de mão sem custo extra em voos domésticos, as empresas ainda permitem que o embarque de um item pessoal, como bolsa ou mochila pequena, acomodada debaixo do assento.

130 milhões

De acordo com Silvio Costa Filho, o governo espera terminar o ano com 130 milhões de passageiros na aviação civil.

“Em três anos do governo do presidente Lula, já são mais de 30 milhões de passageiros a mais incluídos na aviação do País. Isso é um crescimento, em média, em mais de 10%. Agente teve esse ano, agora, a melhor movimentação da história até setembro. Já foram mais de 100 milhões de passageiros. E a nossa expectativa é que esse ano nós possamos chegar até 130 milhões”, afirmou.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, em 2025 já houve 128 milhões de passageiros na aviação, cerca de 30 milhões a mais que no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, em 2025 já houve 128 milhões de passageiros na aviação, cerca de 30 milhões a mais que no início do governo do presidente Lula

COP30

Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), Silvio Costa Filho chamou de ‘avanços civilizatórios’ ao povo brasileiro’ as melhorias feitas na infraestrutura, sobretudo em Belém (PA). Ele disse que o vento também é uma oportunidade para ampliar e

fortalecer o debate sobre a pauta ambiental, a transição energética e a sustentabilidade. Entre as melhorias na infraestrutura, o ministro destacou a inauguração do Porto de Outeiro, que contou com investimentos na casa dos R\$ 260 milhões, e que foi adaptado para receber cruzeiros. O Aeroporto Internacional de Belém também foi citado: a capacidade aumentou de 7,7 milhões para 13 milhões de passageiros/ano.

Durante a conferência, está previsto o lançamento do Plano Nacional de Sustentabilidade, que terá como focos os setores portuário e de aviação. “O plano dialoga com a descarbonização, navios verdes, com uma melhor governança nas operações portuárias, que dialoguem com a agenda da sustentabilidade”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

AVIAÇÃO - AVIÃO DE CARGA CAI APÓS DECOLAGEM E PROVOCA INCÊNDIO NOS EUA

Acidente com MD-11 deixa feridos, atinge prédios próximos ao aeroporto e mobiliza equipes de emergência no Kentucky

Do Estadão Conteúdo

Um avião de carga caiu durante a decolagem em Louisville, Kentucky, nos Estados Unidos, provocando um enorme incêndio, disseram autoridades nesta terça-feira, 4.

A Administração Federal de Aviação (FAA) dos EUA informou que o avião caiu por volta das 17h15 no horário local (19h15 no Brasil). A aeronave estava decolando com destino a Honolulu, no Havaí.

Pouco depois da explosão, a polícia respondeu a chamados de um acidente aéreo perto do Aeroporto Internacional de Louisville. Há feridos no local, além de incêndio em prédios vizinhos e destroços.

Imagens de uma emissora de televisão mostraram um grande rastro de chamas e uma coluna de fumaça saindo de um estacionamento enquanto caminhões de bombeiros tentavam apagar o incêndio.

O governador do Kentucky, Andy Beshear, disse em uma publicação no Facebook que está ciente das notícias. "Equipes de emergência estão no local e compartilharemos mais informações assim que estiverem disponíveis", afirmou. "Por favor, orem pelos pilotos, pela tripulação e por todos os afetados".

O avião McDonnell Douglas MD-11 do acidente foi fabricado em 1991.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

AVIAÇÃO - EMBRAER BATE RECORDE DE RECEITA NO 3º TRIMESTRE, MAS LUCRO RECUA 76%

Resultados são impulsionados por Aviação Comercial e Defesa & Segurança, enquanto margens refletem base elevada de 2024

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O lucro líquido ajustado da Embraer foi de R\$ 289,4 milhões no terceiro trimestre deste ano, queda de 76,4% em relação aos R\$ 1,225 bilhão obtidos no mesmo período de 2024

A Embraer divulgou os resultados do terceiro trimestre de 2025, marcados por receita recorde para o período, avanço nas entregas, novas projeções confirmadas para o ano e impactos diversos sobre lucro e margens. A receita

consolidada somou R\$ 10,9 bilhões entre julho e setembro, valor recorde histórico e 15,8% superior ao registrado em igual intervalo de 2024, quando a companhia reportou R\$ 9,3 bilhões. No acumulado do ano, a receita alcança R\$ 27,5 bilhões, crescimento de 27% em relação aos R\$ 21,6 bilhões contabilizados nos primeiros nove meses do ano passado.

O desempenho trimestral foi impulsionado, principalmente, por Aviação Comercial e Defesa & Segurança. As receitas desses segmentos avançaram 28% e 4% em relação ao terceiro trimestre de 2024, respectivamente, segundo o release de resultados, enquanto os números detalhados posteriormente pela empresa indicam crescimentos de 27,5% e 23,8% ano contra ano. Já Serviços & Suporte e Aviação Executiva registraram altas de 14% e 1% frente ao mesmo período do ano anterior.

A fabricante entregou 62 aeronaves no trimestre — 20 jatos comerciais (13 E2s e 7 E1s), 41 jatos executivos (23 leves e 18 médios) e um KC390 Millennium para Defesa & Segurança. O volume representa aumento de 5% sobre as 59 unidades entregues no terceiro trimestre de 2024. O ritmo maior de entregas contribuiu para um fluxo de caixa livre ajustado (sem Eve) de R\$ 1,6 bilhão, influenciado também pela redução do contas a receber.

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 289,4 milhões no trimestre, queda de 76,4% em relação aos R\$ 1,225 bilhão obtidos um ano antes. A companhia ressalta que o resultado do terceiro trimestre de 2024 foi beneficiado por um item não recorrente expressivo — US\$ 150 milhões do acordo de arbitragem com a Boeing — que elevou a margem Ebit ajustada em cerca de 900 pontos-base. No acumulado do ano, o lucro líquido ajustado soma aproximadamente R\$ 535 milhões, ante R\$ 1,5 bilhão dos primeiros nove meses de 2024. No segundo trimestre de 2025, o lucro havia sido de R\$ 675 milhões.

O Ebitda ajustado totalizou R\$ 1,276 bilhão, queda de 35,4% na comparação anual, com margem de 11,7%, ante 21,1% no terceiro trimestre do ano anterior. O Ebit ajustado atingiu R\$ 927,2 milhões, margem de 8,5%, excluindo R\$ 67,5 milhões de itens extraordinários; em 2024, o indicador havia atingido R\$ 1,649 bilhão com margem de 17,6%. Segundo a Embraer, o resultado do Ebit foi impactado por desempenho operacional mais fraco nas áreas de Aviação Executiva e Serviços & Suporte. A companhia também reiterou que as tarifas de importação aplicadas pelos Estados Unidos somaram US\$ 17 milhões no trimestre e US\$ 27 milhões no acumulado do ano, correspondendo a 85 pontos-base de impacto na margem trimestral.

Pedidos

A carteira de pedidos encerrou o trimestre em US\$ 31,3 bilhões, o maior volume já registrado pela empresa. A Embraer mantém para 2025 suas estimativas operacionais e financeiras: entregas entre 77 e 85 aeronaves na Aviação Comercial, entre 145 e 155 na Aviação Executiva, receita anual entre US\$ 7 bilhões e US\$ 7,5 bilhões, margem Ebit ajustada de 7,5% a 8,3% e fluxo de caixa livre ajustado de pelo menos US\$ 200 milhões.

A companhia também destacou as recentes revisões de classificação de risco realizadas por agências internacionais. A S&P elevou a nota da Embraer de "BBB-" para "BBB", dois níveis acima do grau de investimento. A Fitch Ratings e a Moody's revisaram a perspectiva da empresa de estável para positiva, mantendo rangos de "BBB-" e "Baa3", ambos um nível acima do grau de investimento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

AVIAÇÃO - ANAC DEBATE AVANÇOS EM COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO COM ESPECIALISTAS INTERNACIONAIS

NACIONAL

Reunião do WG5 da Oaci contou com cerca de 120 participantes e discutiu rotas tecnológicas, impactos ambientais e o papel do Brasil no desenvolvimento de SAF

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O Brasil manteve participação expressiva nas discussões com representantes da Anac, pesquisadores de universidades, membros de ministérios, entre outros especialistas

Entre os dias 27 e 31 de outubro, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sediou, na cidade de São Paulo (SP), a segunda reunião do Grupo de Trabalho 5 (WG5 – Fuels Working Group) do

Comitê de Proteção Ambiental da Aviação da Organização da Aviação Civil Internacional (Caep/Oaci). O grupo é responsável por tratar de questões técnicas relacionadas aos combustíveis de aviação, incluindo metodologias relacionadas aos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) e dos combustíveis de aviação de baixo carbono (LCAF).

O encontro reuniu cerca de 120 participantes de diversos países e entidades do setor, que apresentaram diversos materiais sobre avaliação de matérias-primas, rotas tecnológicas de produção e modelos para estimar os impactos e benefícios ambientais da adoção desses combustíveis.

De acordo com a Anac, o Brasil manteve participação expressiva nas discussões com os representantes da própria agência, além de pesquisadores de diversas universidades, membros dos Ministérios das Relações Exteriores e de Minas e Energia, entre outros especialistas nos diversos temas tratados.

Em nota, a Anac afirma que a atuação ativa da delegação brasileira reforça o compromisso e o reconhecimento internacional do país como protagonista nas iniciativas voltadas à descarbonização da aviação, além de destacar o potencial do Brasil como líder na produção e uso de combustíveis sustentáveis no setor aéreo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

TRANSPORTES - PORTOS - TCU ESPERA APRESENTAR RELATÓRIO SOBRE O TECON SANTOS 10 NO PRÓXIMO DIA 18

Informação foi passada à reportagem pela assessoria do ministro Antônio Anastasia, relator do caso na corte de contas

Por PATRÍCIA FAHLSBUSCH Da Redação



Apesar da expectativa de realização do leilão em dezembro, o prazo para todos os trâmites está apertado e a concessão do Tecon Santos 10 pode ficar para o ano que vem

O parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a modelagem do leilão do Tecon Santos 10, no Porto de Santos (SP), deve ser apresentado em sessão extraordinária marcada para o próximo dia 18, segundo informou ao BE News a assessoria do ministro Antônio Anastasia, relator do caso no órgão.

No último dia 30, o Ministério Público emitiu seu parecer sobre o leilão do megaterminal de contêineres, e essa manifestação é considerada o último passo legal necessário para que Anastasia possa apresentar o voto ao plenário do TCU.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, chegou a declarar a expectativa de que o leilão aconteça entre os dias 15 e 18 de dezembro, mas o setor já vê o prazo apertado e a concessão pode ficar para 2026. Isso porque, depois do parecer de Anastasia, caso não haja contestação da Corte, o processo seguirá para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Ministério de Portos e Aeroportos para definição do edital e publicação no Diário Oficial, com o leilão podendo ocorrer somente após 30 dias úteis desse trâmite.

A principal questão do processo é se a concorrência será livre ou em duas fases. Ou seja, na primeira etapa operadores que já atuam no segmento no Porto de Santos não poderiam participar. Caso não haja interessados, seria aberta a segunda etapa, onde todos podem concorrer. A restrição definida pela Antaq, e apoiada pelo governo, não agrada o setor. Segundo a agência, a medida visa

evitar concentração de mercado. Agora, o setor aguarda a decisão do TCU – que vai reger o modelo escolhido, de fato.

Nos últimos dias, porém, o debate ganhou novo peso após o parecer do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), que considerou ilegal a proposta da Antaq de restringir a participação de operadores já ativos no Porto de Santos na primeira fase do leilão. O documento, assinado pela procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva, endossa avaliação prévia da AudPortoFerrovia, unidade técnica do próprio TCU, segundo a qual a vedação aos incumbentes carece de justificativa robusta e afronta princípios como isonomia e livre concorrência.

O parecer do MPTCU afirma que não foram demonstrados, até o momento, riscos anticoncorrenciais concretos que exigissem a exclusão de empresas já estabelecidas no cais santista. Cristina Machado também destacou que eventuais medidas de desinvestimento, caso um incumbente vença o terminal, seriam suficientes para mitigar preocupações concorrenciais, podendo ser definidas em conjunto com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - COMISSÃO ESPECIAL DO PL DOS PORTOS INICIA MISSÃO INTERNACIONAL NA ÁSIA

Parlamentares e representantes do setor portuário brasileiro cumpriram agenda na Coreia do Sul

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A Comissão Especial da Câmara dos Deputados viajou para coletar informações e subsídios técnicos para aprimorar o texto do PL

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute o Projeto de Lei 733/2025, sobre o novo marco legal portuário, iniciou nesta semana agenda oficial na Coreia do Sul. Nesta terça-feira (4), a comitiva brasileira participou de uma reunião na Embaixada do Brasil na capital Seul.

O objetivo da missão internacional é coletar informações e subsídios técnicos para aprimorar o texto final que será

apresentado pela comissão. A agenda no exterior é liderada pelos deputados Murilo Galdino (Republicanos-PB), presidente da comissão, Arthur Maia (União-BA), relator da comissão, e Daniela Reinehr (PL-SC).

Junto a representantes da comunidade portuária, a agenda começou com uma visita ao Porto de Busan, que abriga um dos terminais de contêineres mais modernos da Ásia e do mundo. Já nesta terça-feira, a comitiva se reuniu com a Embaixadora do Brasil na Coreia do Sul, Márcia Donner Abreu.

Segundo Galdino, o encontro teve como objetivo fortalecer as relações institucionais e ampliar o diálogo sobre o desenvolvimento e a modernização do setor portuário nacional.

“Como presidente da Comissão Especial da Nova Lei de Portos, apresentei propostas voltadas à modernização, à desburocratização e ao aumento da competitividade dos portos brasileiros, reforçando o compromisso com um setor mais eficiente e integrado ao cenário global”, comentou.

Na reunião, os deputados apresentaram os principais pontos que serão colocados dentro do novo marco legal portuário, e a importância de se modernizar as leis dentro de um dos principais setores da economia do país.

A embaixadora destacou a importância da infraestrutura portuária brasileira para alcançar novos mercados e novos negócios a partir das exportações e importações. "Acreditamos muito que a modernização nessa nova legislação trará importantes benefícios para o Brasil e aos seus parceiros comerciais", disse.

A comitiva da Comissão Especial vai se encerrar no próximo dia 7 de novembro. Até o final da semana, estão programadas visitas oficiais ao Porto de Hong Kong, na China, e encontro com autoridades do setor marítimo local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - LICITAÇÃO DO VTMIS NO PORTO DE SANTOS AVANÇA COM PROPOSTAS DE PREÇO

Comissão de licitação da Autoridade Portuária vai se reunir para divulgar a empresa vencedora

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebene.com.br



Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações será instalado em quatro diferentes pontos do Porto Organizado de Santos

As três empresas interessadas no processo de licitação para instalação do VTMIS — Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações —, no Porto de Santos (SP), apresentaram propostas de valores para o projeto em sessão pública, no último dia 30. Segundo a comissão especial de licitação, o próximo passo

será a análise das propostas de valores e o ranking final das empresas com a divulgação do vencedor.

O novo sistema será instalado em quatro diferentes pontos do Porto Organizado de Santos e tem como objetivo principal otimizar o tráfego de embarcações no maior complexo portuário do país.

Nesta última semana, a comissão de licitação divulgou as notas referentes às propostas de avaliação técnica. Demonstraram interesse as empresas: Consórcio ATECH (nota 0,5578; Consórcio Portulano (0,6500); e Consórcio VTMIS Santos (nota 0,2355).

Os valores foram os seguintes: Consórcio ATECH – R\$ 198.706.680,69; Consórcio Portulano – R\$ 173.322.211,75; Consórcio VTMIS Santos – R\$198.626.99,24.

Após apresentação, as propostas serão encaminhadas para análise da comissão técnica para verificação dos preços unitários, e se correspondem com a proposta de avaliação técnica. A parr da junção da nota técnica e da nota de valor de preços, será divulgado uma nota final, que vai declarar o vencedor da licitação. Não há um prazo definido para a realização da próxima sessão pública.

O projeto

O sistema VTMIS será implementado em quatro locais, sendo eles: Ilha da Moela, Morro do Tejereba (Guarujá), topo da Serra do Mar e Ilha Barnabé (Santos). Serão realizadas obras de infraestrutura para adequar todo aparato e equipamento necessário para o VTMIS, que incluem torres, instalação de radar marítimo, equipamentos meteorológicos, câmeras eletro-ópticas.

Segundo a Autoridade Portuária, as imagens geradas serão apresentadas, em tempo real, em um Centro Operacional que será instalada na própria sede da APS, que terá a capacidade de interagir

com o tráfego de embarcações e responder a todas as situações, desde a aproximação dos navios, áreas de fundeio, canal de acesso e terminais privados.

O VTMIS Santos também compartilhará dados para apoiar as operações da Polícia Marítima (Nepom-PF), Marinha do Brasil, Receita Federal, entre outros aliados na prevenção e repressão aos ilícitos contra navios e instalações portuárias. O sistema consegue detectar e identificar, em tempo real, embarcações suspeitas ou não autorizadas a navegar na área marítima do Porto organizado.

A expectativa da Autoridade Portuária é que as obras para o VTMIS comecem no 1º semestre de 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

REGIÃO NORDESTE - BNDES APROVA R\$ 848 MI PARA EXPANSÃO DO TERMINAL DE CONTÊINERES DE SALVADOR

Investimento financiado com recursos do Fundo da Marinha Mercante ampliará capacidade do Tecon Salvador para mais de 1 milhão de TEUs/ano

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Com a conclusão do projeto, o Tecon Salvador mais que dobrará sua capacidade de movimentação anual, passando dos atuais 553 mil TEU para mais de 1 milhão de TEU

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor de R\$ 848 milhões para a Tecon Salvador S.A.,

subsidiária integral da Wilson Sons, voltado à expansão e modernização do terminal de contêineres do Porto de Salvador (BA). O foco será a ampliação do pátio de armazenagem e aquisição de novos equipamentos.

A iniciativa visa atender à crescente demanda por movimentação de contêineres e elevar o patamar operacional do terminal. Durante a fase de implantação, estima-se a geração de aproximadamente 1.400 empregos diretos e indiretos.

O investimento financiado com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) contempla a ampliação do pátio de armazenagem, a aquisição de novos equipamentos portuários, nacionais e importados, e a execução de obras de infraestrutura e modernização tecnológica.

Com a conclusão do projeto, o Tecon Salvador mais que dobrará sua capacidade de movimentação anual, passando dos atuais 553 mil TEUs para mais de 1 milhão de TEUs – unidade equivalente a um contêiner de 20 pés. A nova configuração operacional também trará ganhos relevantes de eficiência, segurança e produtividade, com o número de movimentos de carga no cais aumentando de 70 para mais de 100 contêineres por hora.

"A expansão do terminal de Salvador contribuirá para reduzir gargalos logísticos, fortalecer a integração comercial entre os estados das regiões Nordeste, Centro-Oeste e parte do Sudeste e do Norte — sobretudo Bahia, Minas Gerais, Goiás e Tocantins — e os mercados externos, além de ampliar a competitividade das exportações nacionais. A localização estratégica do terminal, equidistante do Canal do Panamá e do Cabo Horn, permite conexões eficientes com as rotas marítimas para a Europa, África, Ásia e América do Norte. Essa iniciativa está alinhada à política comercial do governo federal e do presidente Lula, que busca estimular a exportação de produtos com maior valor agregado", explica o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

“O contrato de financiamento, firmado com o BNDES reforça nosso compromisso de longo prazo com o desenvolvimento da infraestrutura portuária brasileira. Os investimentos no Tecon Salvador ampliarão a capacidade do terminal, gerarão emprego e renda na Bahia e reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento da região”, destaca o diretor financeiro da Wilson Sons, Michael Connell.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

NACIONAL - MINISTRO ASSINA PORTARIA DA GUARDA PORTUÁRIA PARA FORTALECER SEGURANÇA

Nova norma reforça a exclusividade da atuação pública nas funções estratégicas da segurança portuária

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Durante a cerimônia realizada em Brasília, autoridades e representantes do setor destacaram o caráter democrático e o consenso construído em torno da portaria

FRUTO DE DEBATES REALIZADOS NAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS, A NOVA PORTARIA FOI CONSTRUÍDA DE FORMA COLABORATIVA, COM PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS AUTORIDADES PORTUÁRIAS, TRABALHADORES, OPERADORES PRIVADOS E DA SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS

Em cerimônia realizada em Brasília nesta terça-feira (4), o ministro Silvio Costa Filho assinou a nova portaria da Guarda Portuária (Portaria 584/2025), instrumento que atualiza e aperfeiçoa o marco normativo sobre as atividades de segurança e vigilância em áreas portuárias, visando fortalecer a segurança nos portos organizados do país.

A medida substitui a Portaria 84/2021 e estabelece regras mais claras sobre a atuação da Guarda Portuária, especialmente no que diz respeito à vedação da terceirização das atividades que envolvam o exercício do poder de polícia. Com isso, o texto assegura que a guarda, integrante operacional do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), mantenha a exclusividade nas ações típicas de segurança pública, como patrulhamento, controle de acesso, vigilância patrimonial e gestão de riscos.

O ministro destacou o caráter coletivo do processo de elaboração da norma e a importância do diálogo para o avanço das políticas públicas. “Estou feliz porque o que está acontecendo hoje aqui é fruto do Fórum dos Trabalhadores, que nós criamos lá atrás, quando assumimos o Ministério. Esse fórum vem tendo um papel pedagógico, construtivo, porque é uma demonstração muito clara de que, através do diálogo, a gente constrói as boas parcerias que o Brasil precisa”, afirmou.

Fruto de debates realizados nas reuniões do Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, a nova portaria foi construída de forma colaborativa, com participação de representantes das



autoridades portuárias, trabalhadores, operadores privados e da Secretaria Nacional de Portos. O objetivo foi alinhar a norma à legislação vigente, como a Lei 13.675/2018 (Lei do SUSP) e a nova Lei 14.967/2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

Entre os principais avanços estão:

- Reafirmação da responsabilidade da Guarda Portuária na execução das atividades de segurança pública nos portos organizados;
- Definição de critérios mínimos de capacitação para cargos de chefia na guarda;
- Criação obrigatória de planos de capacitação permanente para os profissionais;
- Possibilidade de contratação complementar de vigilância privada apenas em funções auxiliares, como controle de acesso e vigilância patrimonial, conforme previsto na legislação;
- Clareza sobre a responsabilidade dos arrendatários e operadores privados quanto à segurança de suas próprias áreas, garantindo que cada concessionário adote medidas adequadas de vigilância e controle em conformidade com a legislação.

Diálogo

Durante a cerimônia, autoridades e representantes do setor destacaram o caráter democrático e o consenso construído em torno da portaria.

O secretário executivo do MPor, Tomé Franca, enfatizou o caráter de diálogo da gestão. "Quero reconhecer a atuação do ministro Silvio, que dialoga com todos, sem qualquer preconceito. Dialoga com o setor privado, quem faz o investimento, quem produz no país, gera emprego e renda, e dialoga com a classe trabalhadora. E é isso que o país precisa", afirmou.

A diretora de Gestão e Modernização Portuária do MPor, Ana Bomfim, também ressaltou o diálogo como base do processo. "A assinatura dessa portaria simboliza o trabalho do Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, que buscou promover um diálogo amplo e construtivo entre todos os atores que o compõem", afirmou.

Representando o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o assessor Bruno Neri felicitou as entidades pela construção coletiva. "Gostaria de parabenizar todas as federações, sindicatos e entidades representativas pela construção que foi feita aqui. Além de parabenizar o ministro Silvio, pois isso aqui é produto do Fórum dos Trabalhadores", destacou.

Entidades representativas dos trabalhadores portuários também celebraram o avanço. A secretária executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidrovias (ABEPH), Gilmara Timóteo, classificou o momento como histórico. "É uma data emblemática. Nos últimos anos a gente esperava por isso, por uma oportunidade de compor uma comissão que pudesse dialogar e chegar a um momento democrático como esse."

O presidente do Sindicato da Guarda dos Trabalhadores Portuários do Espírito Santo, Robson Luiz de Souza, destacou a construção coletiva. "O diálogo é o melhor caminho, e foi isso que esse fórum demonstrou. No final, o bom senso prevaleceu, o diálogo prevaleceu e, hoje, nós temos um acordo."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

NACIONAL - TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO - COM NOVA CATEGORIA, ANTAQ INICIA INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO 2025

Edição celebra uma década reconhecendo desempenho ambiental, pesquisa técnico-científica e iniciativas ESG

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A premiação conta com as categorias Desempenho Ambiental - IDA, Argos Técnico-Científicos, Iniciativas Inovadoras e Gênero e Diversidade e Conexão Hidroviária

O prazo de inscrições para o Prêmio Antaq 2025 – “Soluções para a Mudança do Clima” teve início nesta segunda-feira (3). O edital com todas as informações necessárias sobre como concorrer à premiação está disponível no site da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Comemorando 10 anos, a premiação conta com uma categoria inédita, a Conexão Hidroviária, além das já conhecidas: Desempenho Ambiental – IDA, Artigos Técnico-Científicos, Iniciativas Inovadoras e Gênero e Diversidade.

O Prêmio Antaq reconhece e incentiva iniciativas que se destacaram por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transportes aquaviários à sociedade, fomenta a pesquisa e a produção técnico-científica e dissemina melhores práticas ESG (Ambiental, Social e Governança, em português) e de inovação na operação e gestão no setor.

Para concorrer às categorias Iniciativas Inovadoras, Artigos Técnico-Científicos e Gênero e Diversidade as inscrições devem ser efetuadas até às 23h59 do dia 30 de novembro de 2025 (horário de Brasília). As demais categorias não necessitam de inscrição.

Somente serão aceitas inscrições feitas via internet, conforme procedimentos especificados no edital, no formulário disponível neste link.

Em Conexão Hidroviária, serão premiadas empresas de navegação interior que, ao longo do ano de 2024, atenderam o maior número de municípios brasileiros, com base nos dados oficiais do Painel Estatístico Aquaviário da Antaq. Estão aptas a concorrer ao prêmio todas as empresas de navegação interior, de transporte de cargas e/ou passageiros, que operaram regularmente no território brasileiro no ano de 2024.

Na categoria Desempenho Ambiental, serão premiadas as administrações portuárias responsáveis pelos portos públicos e Terminais de Uso Privado (TUPs) que obtiverem os melhores desempenhos ambientais pelo Índice de Desempenho Ambiental (IDA), com base no ciclo de avaliação de 2024. Nesta edição, o Prêmio contará com duas subcategorias do IDA, definidas de acordo com a movimentação anual de cargas (ton/ano), considerando uma modalidade para instalações com movimentação de até 5 milhões ton/ano e outra acima de 5 milhões ton/ano.



A participação nas duas categorias ocorre de forma automática, sem a necessidade de inscrição por meio do edital, diferente das categorias Artigos Técnico-Científicos; Iniciativas Inovadoras; e Gênero e Diversidade.

Os três primeiros colocados em Artigos Técnico-Científicos, além da premiação, terão os artigos publicados na Revista Científica da Agência, a Blue Research. Os trabalhos, ligados ao tema “Soluções para a Mudança do Clima”, devem ser das áreas de Direito, Economia, Regulação, Meio Ambiente, Gestão, Ciências Sociais, Geografia, Políticas Públicas, Infraestrutura e Logística e áreas afins que apresentem relevância técnico-científica e institucional em conformidade com as áreas de atuação da Antaq.

Outras categorias

Por sua vez, na categoria Iniciativas Inovadoras, serão premiadas empresas atuantes nas atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas socioambientais geradoras de melhorias institucionais.

Essas empresas precisam ter contribuído para o aprimoramento do atendimento das demandas da sociedade e para o aumento da eficiência e sustentabilidade na prestação de serviços. Para a premiação, serão consideradas iniciativas que cumpram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Gênero e Diversidade, categoria incluída no ano passado, busca reconhecer empresas do setor que desenvolvem ações voltadas à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à promoção da diversidade e à inclusão de minorias em seu ambiente de trabalho e operações. Essas iniciativas devem gerar impactos positivos, contribuindo para que o setor aquaviário seja mais inclusivo, justo e representativo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

REGIÃO SUDESTE - ANTAQ FAZ VISITAS NO RIO PARA AVANÇAR EM TEMAS DE APOIO MARÍTIMO E BUNKERING

Servidores da agência visitaram o terminal e embarcações para colher subsídios que embasam estudos regulatórios previstos na nova agenda

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Buscando coletar mais informações e elementos técnicos e práticos para avançar com os temas apoio marítimo e transferência de combustíveis entre embarcações, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) esteve no Rio de Janeiro entre os dias 28 e 31 de outubro.

Na ocasião, servidores da Gerência de Regulação da Navegação da Agência realizaram reuniões com representantes de Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) e visitas técnicas às embarcações desses negócios. Eles estiveram ainda no Porto do Rio de Janeiro (RJ).

Os encontros vão auxiliar no avanço e análise dos itens 2.1 e 2.3 da Agenda Regulatória Antaq 2025-2028: Afretamento por tempo na navegação marítima, com ênfase nas operações de apoio marítimo; e Impactos e necessidades regulatórias dos diferentes tipos e situações de operação de transferência de combustível entre embarcações, inclusive abastecimento – bunkering, respectivamente.

O gerente de Regulação da Navegação-Substituto, Michel Bittencourt Weber, explicou que “as visitas técnicas realizadas foram fundamentais para captar percepções qualificadas do setor sobre temas prioritários da Agenda Regulatória, além de promover uma aproximação estratégica entre a equipe técnica da gerência e a realidade operacional envolvida nos objetos de estudo”.

Ele comentou explicando que “essa interação direta com os agentes regulados contribui para o aprimoramento técnico das normas produzidas pela Antaq, fortalecendo o equilíbrio regulatório”.

Participaram da visita técnica, além do gerente de Regulação da Navegação-Substituto, a chefe da Divisão de Regulação Técnico-Normativa da Navegação, Elizabete Maria Barros Thomas; o especialista em Regulação, Márcio Tesser Júnior; e o agente de fiscalização na regional do Rio de Janeiro, Carlos Falcão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

NACIONAL - ANTT LANÇA MBA INÉDITO EM PPPS E CONCESSÕES COM FOCO NO SETOR FERROVIÁRIO

Índice de embarques em setembro subiu 25,1% relação a agosto, mesmo sob efeito de tarifas dos EUA

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O Brasil exportou em setembro 314,7 mil toneladas de carne in natura. Estabilidade do mercado interno e expansão de acordos comerciais ajudaram na alta

O Brasil reforçou sua posição como o maior exportador mundial de carne bovina, registrando um forte desempenho em setembro de 2025. O país embarcou 314,7 mil toneladas de carne in natura, um aumento de 25,1% em relação ao mês de agosto.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o preço médio por tonelada no acumulado do ano chegou a aproximadamente US\$ 5.600. O crescimento é atribuído à estabilidade do mercado doméstico e à expansão de acordos comerciais, incluindo novos destinos como o Paraguai.

Apesar de o Brasil enfrentar uma tarifa total de 76,4% sobre o produto nas relações com os Estados Unidos — resultado da soma da nova sobretaxa de 50% às tarifas já existentes de 26,4% —, o setor mantém o ritmo.

Luiz Almeida, diretor de Agronegócio da EEmovel Agro, destacou a força da pecuária nacional, com ênfase no protagonismo de Mato Grosso. O estado lidera a produção e exportação de carne bovina, possuindo um rebanho de 32,8 milhões de cabeças, superando com folga São Paulo, Maranhão e Paraná.

O avanço das exportações reflete a crescente competitividade e a diversificação da produção brasileira. Almeida ressaltou que a combinação de gestão eficiente, tecnologia e investimentos estruturais é determinante para manter o país como um dos maiores fornecedores globais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

NACIONAL - DIREÇÃO DA AGÊNCIA DESTACA CARÁTER INOVADOR E COLABORATIVO DO NOVO CURSO



Guilherme Theo Sampaio destacou a relevância da academia e do trabalho em rede, explicando o impacto do curso no aprimoramento das práticas regulatórias e operacionais

Na abertura do MBA em Parceria Público-Privada (PPP) e Concessões com Ênfase em Ferrovias, lançado pela ANTT como a primeira formação do gênero no país, o diretor-geral da agência, Guilherme Theo Sampaio, destacou a relevância da academia e do trabalho em rede, explicando o impacto direto do curso no aprimoramento das práticas regulatórias e operacionais. “Esse MBA é símbolo de que

capacitação e trabalho em rede podem transformar organizações, públicos e privados e, principalmente, o Brasil”, disse.

O diretor da ANTT, Felipe Queiroz, que liderou a construção do MBA em parceria com a ANTF e concessionárias ao longo de um ano e três meses, ressaltou o caráter inédito e colaborativo da iniciativa. “Chegar a este momento, com tantos parceiros e uma turma diversificada, é fruto de muito esforço e criatividade. É a primeira vez que um MBA ferroviário dessa magnitude é realizado com recursos do RDT, reunindo concessionárias, academia e órgãos públicos. Todos os participantes serão protagonistas na modernização do setor ferroviário brasileiro”, celebrou.

O conhecimento adquirido será aplicado diretamente em projetos de infraestrutura que impactam mobilidade, economia regional e segurança logística. O curso combina aulas online, atividades presenciais em Brasília e módulo internacional na UCL, formando profissionais capazes de transformar conhecimento técnico em impacto real: projetos mais estruturados, contratos equilibrados, fiscalização eficiente e decisões inteligentes que modernizam a infraestrutura ferroviária e melhoram a qualidade de vida a população. Cada etapa foi pensada para retornar diretamente ao trabalho cotidiano dos servidores, fortalecendo a capacidade institucional do Estado.

Programação

A programação de abertura incluiu painel sobre expansão das ferrovias nacionais, com participação de Rumo, Vale e Infra SA, seguido de debates sobre novos projetos, renovações e repactuações em curso com o Ministério dos Transportes e a ANTT. A iniciativa também promove networking e troca de experiências, fundamentais para a construção de soluções integradas e sustentáveis no setor.

“O curso reflete o papel estratégico das ferrovias no desenvolvimento do Brasil. É um modal eficiente, seguro, ambientalmente responsável e com grande capacidade de transporte de carga. A formação de líderes qualificados permitirá ampliar a participação do setor privado e do Estado, garantindo investimentos consistentes e projetos transformadores para o país”, destaca.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

REGIÃO NORTE - ROTA COP30: RENAN FILHO INICIA PERCURSO COM VISTORIA A OBRAS NO CENTRO-NORTE

Primeiro dia da caravana inclui visitas à duplicação da BR-153 e ao avanço da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, além de ações de sustentabilidade

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



A BR-153, que liga o Meio-Norte e o Centro-Sul do país, está em obras desde julho para a duplicação da pista em 53,4 quilômetros

O ministro dos Transportes, Renan Filho, iniciou nesta terça-feira (4) a viagem rumo à COP30, em Belém (PA), com visitas a obras consideradas estratégicas no Centro-Norte do país.

Neste primeiro dia da caravana Rota COP30, a comitiva liderada por Renan Filho vistoriou o andamento da duplicação da BR-153, eixo fundamental de integração entre o Meio-Norte e o Centro-Sul do país.

Iniciadas em julho de 2025, as intervenções contemplam 53,4 quilômetros e se estendem pelos municípios de Urucuá, Campinorte, Rialma e Rianápolis, no estado de Goiás.

Na sequência, o ministro dos Transportes visitou as obras da Ferrovia de Integração Centro- -Oeste (Fico), um dos principais empreendimentos ferroviários em execução no país. Com 383 quilômetros de extensão entre Água Boa (MT) e Mara Rosa (GO), a obra já alcança 35,5% de avanço físico. O trecho entre Mara Rosa e Crixás, com 131 quilômetros, tem conclusão prevista para 2026.

A Fico é considerada peça- -chave no Corredor Leste-Oeste, e se conecta à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), ampliando o acesso ferroviário aos portos do Arco Norte e fortalecendo a logística nacional.

Em nota, o Ministério dos Transportes informa que, por meio do Plano Integrado de Transporte (PIT) e do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050), a pasta consolida uma nova forma de planejar a infraestrutura do país, com a sustentabilidade como eixo central. Os projetos incorporam critérios de eficiência energética, resiliência climática e impacto social, alinhando desenvolvimento e responsabilidade ambiental.

Programas como o PRO-AdaptaVias, lançado em 2025, adaptam a infraestrutura rodoviária e ferroviária às novas realidades climáticas. Já o Inventário Nacional de Emissões de GEE do Transporte Rodoviário e Ferroviário, desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), estabelece a base científica para reduzir emissões e orientar investimentos verdes.

Na COP30, o Ministério dos Transportes irá apresentar essas e outras iniciativas na Estação do Desenvolvimento – Transporte, Infraestrutura e Sustentabilidade, espaço que vai reunir governo, setor produtivo e sociedade civil para debater soluções de mobilidade resiliente e de baixo carbono.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

REGIÃO NORTE – MINISTRO TAMBÉM VISITARÁ TERMINAL FERROVIÁRIO QUE CONECTA O TOCANTINS AO PORTO DE SANTOS

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A viagem de Renan Filho com a caravana Rota Cop30 vai passar nesta quarta-feira (5) pelo Terminal de Transbordo Ferroviário de Gurupi (TO), um dos principais hubs logísticos da Malha Central da Ferrovia Norte-Sul.

O terminal conecta Gurupi ao Porto de Santos (SP) e deve receber cargas provenientes do leste de Mato Grosso, do oeste da Bahia e do norte de Goiás. Com capacidade para operar 1.500 toneladas de soja e 1.300 toneladas de farelo por hora, a estrutura opera de forma eficiente, segura e com menor emissão de carbono, podendo movimentar até 500 mil toneladas de farelo de soja por ano.



Localizado no Matopiba, região formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o terminal é estratégico para o escoamento da produção agrícola. Nos últimos dez anos, a produção de grãos na região cresceu 93% e deve chegar até 48 milhões de toneladas até 2034.

Ainda em Gurupi, o ministro dos Transportes vai vistoriar as obras da travessia urbana, na BR-153. O trecho conta com 11,2 quilômetros de duplicação já concluídos, entre Gurupi e Aliança (TO), e prevê novas intervenções que vão abranger os municípios de Talismã, Alvorada e Figueirópolis, somando mais 7 quilômetros de pistas ampliadas nesta etapa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

REGIÃO NORTE – DNIT AVANÇA EM DUPLICAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BR-080, NO DISTRITO FEDERAL

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) segue avançando nas obras de adequação de capacidade e melhorias da BR-080/DF. O empreendimento, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vai do km 0 ao km 24,6. A previsão é de que a próxima etapa, que contempla o trecho que vai do km 24,6 ao km 40,3, seja iniciada após o período chuvoso, em um novo contrato.

O diferencial da obra na BR-080/DF está na adoção do pavimento rígido. Essa solução amplia a vida útil do pavimento e economia ao erário, especialmente em trechos com tráfego pesado, como é o caso da BR-080/DF, que serve de passagem para quem precisa se deslocar até Brasília e regiões vizinhas.

O pavimento rígido é mais resistente ao desgaste causado pelo fluxo constante de veículos de carga e às variações climáticas, o que resulta em menor necessidade de manutenção ao longo dos anos.

Até o momento, as equipes da autarquia já realizaram os serviços de terraplenagem e drenagem superficial e iniciaram a execução do pavimento de concreto. Ao todo, já foram concluídos cerca de 7 quilômetros da nova pista.

Ainda nesta etapa, o DNIT trabalha na construção da passarela, em frente ao Hospital Regional de Brazlândia, além da ciclovia prevista na região. As equipes também realizam o serviço de tratamento em solo mole sobre a área do alagado da bacia do Rio Descoberto, entre o km 10 e km 11, respeitando todas as condicionantes ambientais.

À medida que os trechos forem concluídos, o DNIT vai realizar liberações parciais ao tráfego. A previsão para a conclusão de todo o empreendimento é 2027.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - GERENTE VÊ A DESCARBONIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA PETROBRAS SER COMPETITIVA NOS PRÓXIMOS ANOS

De acordo com Fernanda Diniz, a estatal vem reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. De 2015 para cá, queda foi de 40%

Do Estadão Conteúdo

A descarbonização das operações da Petrobras é uma questão de competitividade, e vai garantir a venda de petróleo nos próximos anos, disse nesta terça-feira, 4, a gerente de portfólio de descarbonização da área de mudança climática da estatal, Fernanda Diniz, em evento que reuniu representantes do Brasil e da França na Casa Firjan, no Rio de Janeiro.



Para manter as emissões decrescentes, o desafio é grande. A estatal se comprometeu, por exemplo, a atingir emissões líquidas neutras de carbono até 2050

A descarbonização das operações da Petrobras é uma questão de competitividade, e vai garantir a venda de petróleo nos próximos anos, disse nesta terça-feira, 4, a gerente de portfólio de descarbonização da área de mudança climática da estatal, Fernanda Diniz, em evento que reuniu representantes do Brasil e da França na Casa Firjan, no Rio de Janeiro.

Segundo a executiva, desde 2015 a Petrobras reduziu as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 40%. “Quando olhamos para o metano, que é crítico, a redução foi de 70%”, destacou a executiva durante debate no Fórum Econômico Brasil-França, realizado na Casa Firjan, no Rio de Janeiro.

Diniz destacou a atratividade do petróleo produzido pela Petrobras no pré-sal, que teria 10 quilos de CO₂ por barril equivalente, enquanto a indústria global tem média de 17 quilos de CO₂ equivalente por barril.

“Mas manter essas emissões decrescentes é um desafio muito grande. Temos que avançar em ações mais disruptivas, que demandam altos investimentos”, disse Diniz, ressaltando que a Petrobras tem 14 novos sistemas de produção de petróleo planejados para os próximos anos.

“No refino, também estamos ampliando, até para desenvolver bioproductos. Isso faz com que a gente tenha que avançar de forma bastante grande na descarbonização”, explicou, lembrando que a estatal se comprometeu a atingir emissões líquidas neutras de carbono até 2050.

A executiva informou ainda, que a Petrobras vem acompanhando de perto a elaboração do Plano Clima, para entender de que forma as ações da companhia estão alinhadas com o documento.

“A gente vem acompanhado e entendo que vai ser um grande norteador para os nossos passos, assim como o mercado de carbono. A Petrobras já atua no mercado voluntário de carbono, e agora virá de forma mais clara”, avaliou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS VAI APORTAR COMBUSTÍVEL COM CONTEÚDO RENOVÁVEL PARA A COP30

A Petrobras informou nesta terça-feira, 4, que irá fornecer diesel S-10 com 10% de conteúdo renovável (Diesel R10) para transporte e geração de energia durante a realização da COP30, em Belém, entre os dias 10 e 21 de novembro.

“A COP30 é uma oportunidade significativa para atualizar a agenda global em relação às discussões e iniciativas de enfrentamento dos desafios que a emergência climática nos impõem”, afirmou em nota a diretora de Transição Energética e Sustentabilidade, Angélica Laureano.

“Ao sediar a conferência, o Brasil desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, podendo colaborar de forma efetiva com ações para o enfrentamento das mudanças climáticas”, acrescentou a diretora, ressaltando que a Petrobras quer ser parte das soluções para o sucesso do encontro.



O acordo de cooperação internacional com o aporte de combustível com conteúdo renovável para a COP30 foi firmado com a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), organismo de caráter intergovernamental para a cooperação entre 23 países ibero-americanos, com experiência na promoção de atividades educativas, científicas, tecnológicas e culturais.

"A iniciativa reforça a importância que a Petrobras dedica aos debates sobre temas de interesse energético e socioambiental, assim como o comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável, inclusão social e a promoção da transição energética justa, necessária para o desenvolvimento do Brasil", disse a companhia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM QUEDA COM MOVIMENTO GLOBAL DE AVERSÃO AO RISCO

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda nesta terça-feira, 4, em dia de aversão generalizada ao risco que prejudica o mercado de ações e as commodities. Investidores também continuaram a ponderar a recente decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) de manter os níveis de produção no início de 2026, depois de anunciar um novo aumento em dezembro.

O petróleo WTI para dezembro, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), fechou em queda de 0,80% (US\$ 0,49), a US\$ 60,56 o barril. Já o Brent para janeiro, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), recuou 0,69% (US\$ 0,45), a US\$ 64,44 o barril.

Um aumento nos temores de que o nível elevado de valorização dos mercados possa gerar uma correção nos próximos dois anos prejudicou o sentimento de risco global nesta terça, com reflexos sobre os preços do petróleo.

Os CEOs da Capital Group, Goldman Sachs e Morgan Stanley alertam que investidores devem se preparar para uma queda de até 15% no mercado acionário americano nos próximos 12 a 24 meses.

Paralelamente, a pausa da Opep+ pode ser prolongada ao longo de 2026 devido ao aumento significativo dos estoques nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirmam os analistas do Goldman.

A organização informou no domingo que ampliará sua oferta em mais 137 mil barris por dia (bpd) em dezembro, mas manterá a produção inalterada durante o primeiro trimestre de 2026.

Com os aumentos contínuos na oferta do cartel, dos EUA, Canadá e Guiana este ano, o mercado terá que lidar com um desequilíbrio significativo de excedente de 4 milhões de bpd em 2026, alerta o Société Générale. As compras da China de quase 500 mil bpd não compensarão a pressão descendente sobre os preços do petróleo, acrescenta o banco.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

MINERAÇÃO - OURO RECUA COM DÓLAR FORTE E MENOR ESPAÇO PARA CORTES DO FED

Metal volta abaixo de US\$ 4 mil após queda de 1,33% na Comex, em meio à valorização da moeda americana e revisão das apostas para dezembro

Do Estadão Conteúdo

O ouro fechou a sessão desta terça-feira, 4, em queda, voltando a cair abaixo da faixa de US\$4.000. O metal precioso caiu conforme o dólar se fortaleceu nos últimos dias, atingindo nesta terça a máxima em três meses. Também pesando contra o ouro, a diminuição das estimativas por novos

cortes nos juros do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e realização de ganhos do metal, que já ganhou cerca de 40% no ano.



A queda das expectativas por nova flexibilização monetária do Fed é vêm sendo apontada pelo Commerzbank como uma das principais causas pelo recuo no preço do ouro

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para dezembro encerrou em queda de 1,33%, a US\$ 3.960,5 por onça-troy.

A queda das expectativas por nova flexibilização monetária do Fed é apontada pelo Commerzbank como uma das principais causas pelo recuo no preço do ouro, tendo em vista que o corte de 25 pontos-base em dezembro é precificado em 70,1% nesta terça, conforme monitoramento do CME Group. O banco alemão lembra que, na semana passada, a probabilidade estava próxima de 100%.

Para os analistas, cortes mais significativos nos juros americanos devem acontecer até a metade de 2026. Com isso, existe o "potencial de valorização para o preço do ouro nos próximos meses", afirmam. Com as dúvidas acerca do futuro da política monetária, o dólar se valorizou e atingiu a máxima em três meses, pressionando o ouro apesar ao risco nos mercados acionários nesta segunda-feira. A moeda norte-americana compete com o metal por investidores que buscam investimentos de segurança e sua valorização encarece a aquisição de commodities para compradores internacionais.

Também no radar, a China anunciou a redução de incentivos fiscais para o ouro não utilizado para fins de investimento, como joias e aplicações industriais. Ainda segundo o Commerzbank a medida deve afetar na demanda no país, que "já estava fraca este ano devido ao aumento significativo dos preços".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

MINERAÇÃO - COMISSÃO EUROPEIA ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO DE MINA BRASILEIRA POR CHINESES

A Comissão Europeia abriu uma investigação aprofundada para avaliar, sob o Regulamento de Fusões da União Europeia, a proposta de aquisição do negócio de níquel da Anglo American pela MMG, que é controlada pela empresa estatal chinesa China Minmetals Corporation. O alvo consiste em duas instalações operacionais de ferroníquel e dois projetos em fase inicial de desenvolvimento no Brasil.

Segundo comunicado divulgado pela Comissão, a UE tem preocupações preliminares de que a transação possa permitir que a MMG desvie o fornecimento de ferroníquel dos mercados europeus levando a custos mais altos e redução da qualidade na produção de aço inoxidável na Europa. A Comissão aguardará 90 dias úteis, até 20 de março de 2026, para realizar uma investigação aprofundada sobre os efeitos da transação proposta para determinar se suas preocupações iniciais de concorrência serão confirmadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

MINERAÇÃO - TIM FECHA ACORDO PARA LEVAR 5G ÀS OPERAÇÕES DA VALE

Mineração usará a nova rede para conectar equipamentos e ampliar digitalização; tele projeta 120 clientes avos em B2B até o fim do ano

Do Estadão Conteúdo

A TIM e a Vale assinaram um acordo para implantar a internet móvel de quinta geração (5G) nas operações da mineradora no Brasil, de acordo com informações da operadora.

O objetivo da Vale é usar o 5G para conectar dispositivos e soluções que demandam maior capacidade de rede e conexões velozes. O acordo vai complementar a rede já implantada de 4G da mineradora, que digitaliza caminhões, perfuratrizes e outros dispositivos, voltados para ganho de segurança e produtividade.

De acordo com nota à imprensa divulgada pela TIM, o setor de mineração é um dos focos do braço de negócios dedicado à conectividade para empresas (B2B). A tele já tem oito grandes clientes em mineração, incluindo a Anglo American e a Alcoa.

A expectativa da TIM é encerrar o ano com aproximadamente 120 clientes avos em B2B, dos quais mais de 20 novos clientes estratégicos assinaram contrato ao longo de 2025.

A receita total contratada de B2B totalizou R\$ 435 milhões no terceiro trimestre. Deste total, 34% vêm de parceiros no setor agrícola, 42% de logística e 22% dos projetos de infraestrutura básica (energia, água, gás e saneamento). Além de mineração, a TIM instala sinal de internet em fazendas e rodovias, e também tem contratos de pontos de iluminação inteligentes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

COMÉRCIO EXTERIOR - CZPE APROVA 12 PROJETOS E GARANTE R\$ 585 BI EM NOVOS INVESTIMENTOS

Empreendimentos preveem a instalação de cinco datacenters, processamento de metais e produção de amônia verde

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A Zona de Processamento de Exportações do Pecém (CE) receberá a instalação de cinco datacenters

O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações (CZPE) aprovou na última segunda-feira a instalação de cinco datacenters na ZPE do Pecém (CE), com investimentos esmados em R\$ 571 bilhões, dos quais R\$ 81 bi vão para obras de infraestrutura e de energia limpa e sustentável.

No total, a 41ª reunião ordinária do CZPE aprovou 12 projetos empresariais, somando R\$ 585 bi em investimentos, com potencial de gerar R\$ 99 bilhões anualmente em novas receitas para exportação e de criar 26 mil novos empregos diretos. Além disso, os projetos estimularão mais R\$ 21,7 bilhões em investimentos indiretos, segundo o órgão.

Para o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, os projetos impulsionam a competitividade do Brasil, estimulando a exportação com sustentabilidade.

“Estamos unindo a atração de investimentos em alta tecnologia, como estes datacenters, com a transição energética sustentável, porque exige o uso de energia renovável. São investimentos,



incluindo o projeto estratégico de hidrogênio verde, que colocam o Brasil na vanguarda da inovação e da economia de baixo carbono, gerando renda e emprego para os brasileiros”, avalia Alckmin.

Em relação aos datacenters, os projetos são das empresas Bytedance (Tik Tok) e Exportdata. Esta última prevê a construção de quatro unidades que entrarão em operação entre 2027 e 2032. Para isso, a empresa prevê investimentos de R\$ 349 bilhões, incluindo equipamentos, obras de infraestrutura e de geração de energia eólica e solar. Espera-se a criação de 95 mil empregos diretos e indiretos.

O quinto é o datacenter da Bytedance Brasil Tecnologia Ltda., que prevê investimentos totais de R\$ 108 bilhões até 2035 em equipamentos de alta tecnologia. Investimentos diretos em infraestrutura e indiretos em compra de energia limpa e renovável ainda serão definidos pela empresa e adicionados a esses valores. O início da operação será em 2027. Para o decênio posterior a 2035 (36- 46), a empresa espera investir outros R\$ 135 bi em atualizações tecnológicas. Na operação, são esmados 550 empregos diretos e indiretos. Nas obras de infraestrutura, 3.800 postos.

Juntos, os cinco projetos esperam exportar em torno de R\$ 80 bilhões por ano em serviços, contribuindo para fortalecer a balança comercial brasileira nesse setor.

Transição energética

O CZPE também aprovou, para o Ceará, projeto industrial ligado ao hidrogênio de baixo carbono, com produção de amônia verde líquida a partir de energia renovável e água de reuso.

O projeto da empresa CDV Pecém prevê a produção anual de 900 mil toneladas de amônia verde. O empreendimento tem investimento esmado de R\$12 bilhões, com geração de 1.230 postos de trabalho.

Metais

Na mesma reunião, o Conselho aprovou pedido de criação de nova ZPE no Pará, proposta pelo governo do Estado. A criação já inclui a aprovação de um projeto-âncora da Bravo Metals Ltda., para processamento de metais de plana, níquel e cobre.

Esse projeto prevê R\$ 1 bilhão em investimentos. A estimava é que esse primeiro projeto já crie na ZPE de Bacarena 2.500 empregos na implantação e 210 empregos na operação, diretos e indiretos

Além disso, o CZPE autorizou a instalação da empresa Biomasstrust Ltda. na futura ZPE de Aracruz (ES). Com atividade 100% voltada para exportação, o projeto conta com investimentos de R\$ 250 milhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

COMÉRCIO EXTERIOR - LULA DIZ QUE VAI LIGAR PARA TRUMP SE A COP30 TERMINAR SEM REUNIÃO AGENDADA SOBRE TARIFAS

Presidente disse que seus negociadores, Alckmin e Haddad, estão ansiosos para conversar com os americanos

Do Estadão Conteúdo

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, disse na terça-feira que ligará para o presidente norte-americano, Donald Trump, se as negociações sobre tarifas dos EUA não progredirem em breve.

O governo dos EUA aumentou as tarifas sobre muitos produtos brasileiros em mais de 50%, mas Lula e Trump conversaram sobre a possibilidade de chegar a um acordo durante uma reunião na Malásia em outubro.



"Eu tenho o número dele, ele tem o meu. Não tenho problema em ligar para ele", disse Lula a repórteres antes da cúpula climática das Nações Unidas, conhecida como COP. Sua 30ª edição começa esta semana em Belém, uma cidade brasileira no coração da Amazônia.

"Quando a COP30 terminar, se uma reunião entre meus negociadores e os dele ainda não estiver agendada, ligarei para Trump novamente", disse o líder brasileiro, que acrescentou que seus principais negociadores, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da Fazenda Fernando Haddad, estão ansiosos para discutir.

Lula também pediu à América Latina que ajude a evitar um conflito na Venezuela, enquanto o governo Trump ordena ação militar contra embarcações supostamente ligadas a cartéis de drogas.

O veterano líder disse que está considerando participar de uma reunião na Colômbia na próxima semana da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, um órgão de 33 membros, na qual a ação militar dos EUA na região será discutida. "Eu disse a Trump que a América Latina é uma região de paz", acrescentou Lula. "Não quero que cheguemos ao ponto de uma invasão terrestre dos EUA na Venezuela."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

FINANÇAS - PRIMEIRA PARCELA DO 13º SALÁRIO DEVE SER PAGA ATÉ O DIA 28 DE NOVEMBRO

Como a data limite (30) cai em um domingo, o empregador precisa antecipar o pagamento para o dia útil anterior, uma sexta-feira (28)

Do Estadão Conteúdo



Oficialmente chamado de Gratificação de Natal para os Trabalhadores, o 13º salário é um direito garantido em lei para todos que têm carteira assinada

CHAMADO OFICIALMENTE DE "GRATIFICAÇÃO DE NATAL PARA OS TRABALHADORES", O BENEFÍCIO FOI INSTITUÍDO PELA LEI N° 4.090 DE 1962 E GARANTE QUE TODOS OS TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA TENHAM DIREITO A UM SALÁRIO EXTRA NO FINAL DO ANO

Os empregadores têm até o dia 28 de novembro para realizar o pagamento da primeira parcela do 13º salário aos trabalhadores com carteira assinada. O valor deve corresponder à metade do salário bruto somado à média dos adicionais, sem descontos de contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Imposto de Renda (IR).

Chamado oficialmente de "Gratificação de Natal para os Trabalhadores", o benefício foi instituído pela Lei N° 4.090 de 1962 e garante que todos os trabalhadores com carteira assinada tenham direito a um salário extra no final do ano.

Por lei, a primeira parcela do 13º deve ser paga entre o dia 1º de fevereiro e o dia 30 de novembro. No entanto, neste ano, a data limite cai em um domingo, dia da semana em que não há compensação bancária, o que faz com que os empregadores tenham que antecipar os depósitos para o dia útil anterior- no caso, a sexta-feira, 28 de novembro.

Para quem trabalhou menos de 12 meses, o valor pago é proporcional ao tempo de serviço - mas é preciso estar atento porque, para que o mês seja contabilizado, é necessário que o funcionário tenha ao menos 15 dias trabalhados no período.



Enquanto a primeira parcela corresponde a 50% do valor bruto ao qual o trabalhador tem direito, a segunda parcela sofre os descontos do INSS e do IR. Ela pode ser depositada até 20 de dezembro - que, neste ano, cai em um sábado, o que fará com que a data limite do pagamento seja antecipada para a sexta-feira, 19 de dezembro.

A lei prevê que o empregador não precisa pagar o benefício para todos os funcionários no mesmo mês, desde que respeite as datas limites. Caso seja demitido sem justa causa, o trabalhador também tem direito a receber o valor proporcional aos meses trabalhados.

Como calcular o valor?

Para calcular quanto vai receber na primeira parcela, o trabalhador precisa verificar seu salário bruto mensal. Essa informação está disponível na Carteira de Trabalho Digital. Depois, basta dividir esse valor por 12 e, então, multiplicá-lo pela quantidade de meses trabalhados.

Por último, é preciso dividir esse número por dois para chegar ao valor da primeira parcela do 13º salário. O valor do benefício pode ser maior se houver pagamento de adicionais, como hora extra e adicional noturno, ao longo do ano. O cálculo da segunda parcela é mais complexo, porque envolve os descontos citados acima.

As empresas podem ser penalizadas por não pagarem o 13º salário nas datas corretas. O Ministério Público do Trabalho (MPT) prevê inclusive, que o cidadão pode entrar na Justiça para receber o valor caso o empregador não faça o pagamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

FINANÇAS - QUASE 80% DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ESTÃO ENDIVIDADAS, APONTA LEVANTAMENTO DA CNC

Os brasileiros ficaram mais endividados em outubro, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A proporção de famílias com dívidas subiu a 79,5% em outubro, maior patamar da série histórica iniciada em 2010, apontou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

A fatia de famílias inadimplentes se manteve em outubro no ápice histórico de 30,5% já alcançado em setembro. Além disso, houve um recorde de 13,2% das famílias brasileiras afirmado que não terão condições de pagar suas dívidas em atraso, ou seja, que permanecerão inadimplentes.

Segundo a CNC, o resultado da pesquisa sugere impactos nas vendas do comércio para a Black Friday e o Natal. "O avanço no endividamento, na inadimplência e na percepção de insuficiência financeira simultaneamente e pelo terceiro mês seguido é um alerta para a necessidade de ajustes, principalmente na área fiscal, para que os resultados de 2025 não se repitam ou se agravem ainda mais em 2026", avaliou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, em nota.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Dívida longa

A proporção de famílias com contas em atraso por mais de 90 dias avançou a 49,0% em outubro, o maior nível desde dezembro de 2024. Houve aumento ainda, pelo segundo mês consecutivo, do porcentual de famílias comprometidas com dívidas por mais de um ano, para 32,0%.

A fatia de consumidores que têm mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas aumentou também pelo segundo mês seguido, para 19,1%. "Nem mesmo o bom momento do mercado de trabalho tem sido suficiente para conter o avanço na inadimplência, tamanho o patamar atual dos juros. Nesse cenário, o comércio já sente desaceleração das vendas, uma vez que as

famílias se veem obrigadas a promover ajustes no orçamento para se adaptar a essa realidade", apontou o economista chefe da CNC, Fabio Bentes, em nota.

A CNC projeta que o endividamento aumente em 3,3 pontos porcentuais até o fim deste ano em relação ao patamar que encerrou 2024, enquanto a inadimplência subiria 1,5 ponto porcentual.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

FINANÇAS - IBOVESPA LUTA NO FIM, SOBE 0,17% AOS 150,7 MIL PONTOS E ESTENDE SÉRIE DE RECORDES

Mesmo com o desempenho negativo do carro-chefe Vale, a bolsa chegou à décima alta seguida, sete delas com marcas históricas

Do Estadão Conteúdo



O índice chegou a perder fôlego na parte da tarde, mas se recuperou nos minutos finais e fechou com alta de 0,17%

O Ibovespa reteve em fechamento a inédita marca de 150 mil pontos pelo segundo dia, em viés positivo no ajuste de fechamento, estendendo hoje a série para dez altas - sete delas correspondendo a níveis recordes de encerramento.

A sequência de dez avanços é a mais longa desde os 11 ganhos observados na primeira quinzena de julho de 2024. Nesta terça-feira, 04, o índice da B3 voltou a estabelecer novo pico histórico intradia, aos 150.887,55 pontos, no início da tarde, antes de perder fôlego na etapa vespertina, recuperandos e apenas nos minutos finais, em alta de 0,17%, aos 150.704,20 pontos, nova máxima de encerramento para o Ibovespa.

Reforçado em direção ao fechamento, o giro financeiro foi a R\$ 25,3 bilhões. Na semana, o índice sobe 0,78%, e no ano agrupa ganhos de 25,29%. Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Pão de Açúcar (+6,16%), Vamos (+5,02%) e IRB (+3,49%). No lado oposto, Embraer (-3,60%) após balanço trimestral, seguida por Cosan (-3,12%) e CSN Mineração (-2,13%) no encerramento.

Na B3, o prosseguimento da escalada do Ibovespa parecia que seria condão, hoje, pelo desempenho negativo do carro-chefe Vale (ON -1,12%). Contudo, a Petrobras se firmou em alta à tarde na ON (+0,94%, máxima do dia no fechamento) e na PN (+0,50%), apesar da queda do petróleo em Londres e Nova York. O dia também foi desfavorável ao minério de ferro na China, em baixa de 1,7% em Dalian.

Assim como Vale, Itaú, que divulga balanço após o fechamento, também oscilou para baixo, contribuindo para tirar força do Ibovespa na etapa vespertina, com a ação PN do banco em retração moderada a 0,30% no fechamento, na contramão dos papéis do setor financeiro nesta terça, em que o destaque, entre as maiores instituições, foi o Banco do Brasil (ON +0,86%).

Em dia de agenda macro relativamente esvaziada, destaque para a retração de 0,4% da produção industrial em setembro, na margem, conforme dados divulgados de manhã pelo IBGE, na véspera da deliberação do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a Selic, que deve ser mandada em 15% ao ano, amanhã.

Taxa de juros



A expectativa para o fim da reunião desta quarta-feira se volta para o comunicado, na medida em que o mercado aguarda para o primeiro trimestre de 2026 o início do processo de redução da taxa básica de juros - que pode sofrer atraso, possivelmente para abril.

Para Antônio Ricciardi, economista do Daycoval, a leitura sobre a produção industrial veio praticamente em linha com o esperado para o mês, confirmando a desaceleração de ritmo em relação ao observado no fim do segundo trimestre.

No terceiro trimestre, apenas bens intermediários conservam variação positiva na comparação interanual, com a abertura de dados da indústria confirmando a percepção sobre os efeitos da política monetária ainda restritiva.

"As aberturas têm mostrado enfraquecimento, e o viés tende a se manter dessa forma, na medida em que o segmento de bens intermediários é especialmente sensível ao tarifaço dos Estados Unidos", acrescenta o economista, observando, também, que em 2024 a produção industrial teve desempenho de destaque na composição da alta do PIB no ano. "A indústria deve desacelerar de forma ainda mais acentuada no trimestre seguinte, outubro-dezembro de 2025."

"Ibovespa teve um dia bem volátil, com o mercado ansioso pelo comunicado do Copom, nesta quarta, 05, do qual se espera tom mais dovish suave do BC, uma vez que o comitê foi bem agressivo nos comunicados das manutenções de juros anteriores, mostrando uma postura mais rígida em relação a corte de juros", diz Leonardo Santana, especialista em investimentos e sócio da casa de análise Top Gain. "A Bolsa está em 150 mil pontos com a taxa de juros a 15%. Quando os juros caírem aqui, é possível, sim, mais alta no Ibovespa."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

FINANÇAS - ITAÚ ULTRAPASSA PETROBRAS E SE TORNA 2ª EMPRESA MAIS VALIOSA DO BRASIL

Do Estadão Conteúdo

O Itaú Unibanco ultrapassou a Petrobras e subiu ao posto de segunda companhia mais valiosa do Brasil, horas antes da divulgação do balanço do terceiro trimestre, nesta terça-feira, 4.

Na semana passada, a petroleira já havia sido superada pelo Nubank, que ocupa a primeira colocação do ranking compilado pelo site Companies Market Cap.

Na B3, a ação do Itaú operava em baixa moderada nesta terça-feira, mas soma valor de mercado de US\$ 73,57 bilhões (cerca de R\$ 396,5 bilhões pelo câmbio desta terça-feira).

Já a Petrobras está avaliada em US\$ 73,54 bilhões (R\$396,3 bilhões). Negociado na Bolsa de Nova York, o Nubank tem avaliação em US\$ 77 bilhões (R\$415 bilhões). O maior banco privado do País deve informar lucro de R\$11,842 bilhões no terceiro trimestre, em novo recorde, conforme a média de projeções de oito casas consultadas pelo Prévias Broadcast.

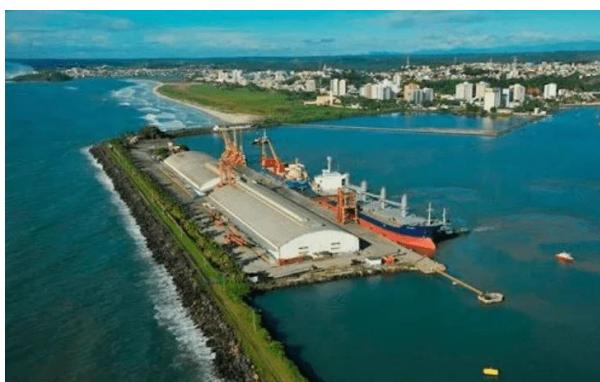
A expectativa é de continuidade na dinâmica de previsibilidade e consistência nos números do Itaú, sem os sobressaltos que desafiaram rivais como Banco do Brasil e Bradesco recentemente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2025

PORTO DE ILHÉUS RECEBE GRANDES NAVIOS E TEM OCUPAÇÃO PLENA

Por Matheus Souza - 04/11/2025 19:00 - Atualizado 05/11/2025



O Porto de Ilhéus realizou, de forma simultânea, o carregamento de dois navios de longo curso. O navio Snoekgracht, com 10.109,648 toneladas de níquel originário de Itagibá (BA) e destinado a Pori, na Finlândia, e o navio Irene, com 9.355,405 toneladas de carga procedente de Araçuaí (MG) e destinada a Zhenjiang, na China, representam a pujança e a capacidade operacional do porto do sul da Bahia.

A operação ocorreu com 100% de ocupação dos berços do Porto de Ilhéus, evidenciando a plena utilização de sua capacidade instalada — resultado

direto dos investimentos estruturantes promovidos pela Diretoria da Codeba, com destaque para a obra de dragagem, que trouxe mais segurança, eficiência nas manobras de atracação e melhor operacionalidade.

"Com essas operações, o Porto de Ilhéus atinge o volume de 202.886 toneladas de janeiro a setembro de 2025, registrando também um crescimento expressivo de 74% nas receitas operacionais. Esse desempenho reforça a participação do Porto nas receitas globais da Autoridade Portuária Federal da Bahia (Codeba), que atingiram 8%, consolidando sua relevância estratégica e viabilidade econômica", destaca Gilberto Rodrigues, gerente do Porto de Ilhéus.

Inteiramente público, o Porto de Ilhéus reafirma seu papel como instrumento de fortalecimento regional. Todos os investimentos foram realizados com recursos próprios da CODEBA, demonstrando o comprometimento e a visão de da atual gestão da Autoridade Portuária na Bahia em transformar o porto em um vetor de progresso econômico e social para o Sul do Estado, em plena sintonia com sua função pública e estratégica.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 05/11/2025

BAMAQ MÁQUINAS AMPLIA PRESENÇA NA BAHIA E DOBRA VENDAS DE EQUIPAMENTOS EM MENOS DE UM ANO

Por João Paulo - 04/11/2025 12:46

Com menos de um ano de atuação em Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas, a Bamaq Máquinas já colhe resultados que confirmam a forte demanda por equipamentos de construção na Bahia.

Os números refletem não apenas o dinamismo econômico dessas cidades, mas também o impacto da digitalização da construção civil e de órgãos reguladores, que acelerou cronogramas e abriu espaço para fornecedores preparados para atender com tecnologia e consultoria especializada.

Segundo o IBGE, Vitória da Conquista tem 396.613 habitantes — 2.589 a mais que em 2024 e mais de 25 mil desde o Censo de 2022, que mostrou crescimento de mais de 20% em relação a 2010, consolidando-a como a 3ª maior cidade da Bahia.

Teixeira de Freitas cresceu 5% no último Censo, chegando a 145 mil moradores, com estimativa atual superior a 153 mil. Esse avanço pressiona a infraestrutura urbana, habitacional e rural, aumentando a demanda por máquinas e serviços de construção.

"São cidades que vivem um momento de expansão acelerada, e esse movimento reflete diretamente na procura por equipamentos. Em menos de um ano, já comprovamos a força desse mercado e o



quanto estar próximo do cliente faz diferença”, afirma Guilherme Nogueira, Head da Divisão de Máquinas do Grupo Bamaq.

Resultados em destaque

Em Vitória da Conquista, onde a filial completa onze meses em outubro de 2025, as vendas de máquinas aumentaram 50% e a expectativa é encerrar o ano com resultado 65% superior a 2024. A unidade atende 106 municípios, sendo que 45% das vendas se concentram em Vitória da Conquista, Caetité, Jequié, Caculé e Brumado.

Os equipamentos mais demandados são retroescavadeiras (52%), pás carregadeiras (22%), motoniveladoras (16%) e escavadeiras (8%).

Já em Teixeira de Freitas, inaugurada em novembro de 2024, a média de vendas mais que dobrou. O faturamento com peças cresceu mais de 730%.

A satisfação dos clientes também avançou 10 pontos percentuais desde a chegada da unidade. “Esses números mostram como a proximidade com o cliente é essencial. Nossa consultoria técnica e pós-venda garantem que cada máquina entregue gere retorno imediato nas operações”, reforça Nogueira.

Digitalização e consultoria estratégica

O avanço da digitalização, tanto em processos da construção civil quanto em órgãos como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, reduziu burocracias, acelerou obras e aumentou a previsibilidade dos projetos. Isso exige máquinas capazes de acompanhar o ritmo e fornecedores que ofereçam mais do que equipamentos.

“A Bamaq atua de forma consultiva. Analisamos solo, volume de movimentação, cronograma e até condições climáticas para recomendar a máquina ideal. Esse trabalho evita custos desnecessários e assegura maior eficiência aos nossos clientes, sejam eles construtoras urbanas ou produtores rurais”, explica Leandro Souto, gerente regional da Bamaq Máquinas na Bahia.

Perspectivas para a Bahia

Com filiais em Salvador, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas já consolidadas, a Bamaq prevê expandir ainda mais sua presença. Em 2025 será inaugurada uma nova unidade em Luís Eduardo Magalhães, um dos polos agrícolas mais dinâmicos do estado.

“A meta é alcançar 10% de participação de mercado na Bahia nos próximos anos. Estamos estruturados para isso, com equipe local, consultoria técnica, assistência ágil e a força da marca New Holland, consolidando a Bamaq como parceira estratégica para o desenvolvimento regional”, finaliza Souto.

Mais sobre a Bamaq Máquinas

Presente em 16 estados brasileiros, a Bamaq Máquinas é a maior rede de concessionárias New Holland Construction da América Latina.

Com mais de 150 mil clientes atendidos, 50 anos de mercado e cerca de 350 colaboradores, a Bamaq Máquinas conquistou a categoria máxima no Dealer Standard Program Award da New Holland Construction desde a criação do selo, que avalia o atendimento ao cliente e a qualidade do serviço em todas as concessionárias New Holland Construction do mundo.

Oferecendo peças genuínas, oficina especializada com garantia de um ano e uma grande variedade de parceiros, a Bamaq Máquinas também representa a FPT Industrial e Continental Pneus.

Para saber mais, acesse: bamaqmaquinas.com.br e @bamaqmaquinas nas redes sociais.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 05/11/2025

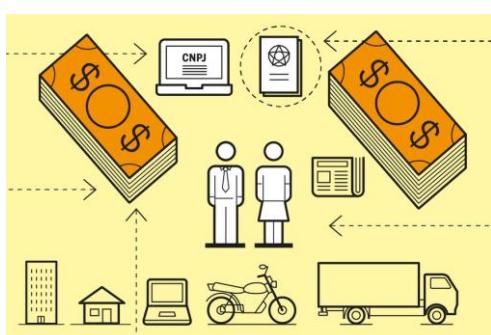


JORNAL O GLOBO – RJ

COMISSÃO NO SENADO APROVA ISENÇÃO DE IR ATÉ R\$ 5 MIL: VEJA COMO O PROJETO MEXE NO BOLSO DE CADA CLASSE SOCIAL

Projeto contempla descontos para quem tem rendimento entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350 mensais e um aumento da taxação dos mais ricos como forma de compensar a queda na arrecadação

Por Vinicius Neder — Rio



diferentes classes sociais?

Conta do IR será maior para brasileiros que estão no topo da pirâmide — Foto: Criação O Globo

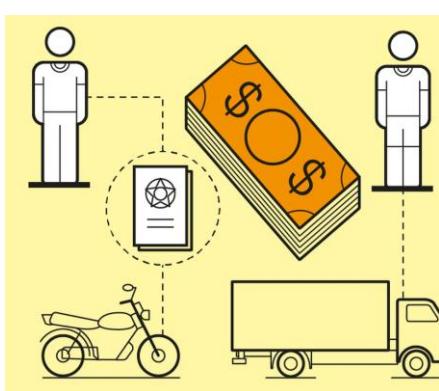
A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta quarta-feira o projeto de lei (PL) que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil. A medida também inclui alívio tributário para quem ganha até R\$ 7.350 por mês. Para compensar a perda de arrecadação para o governo, o projeto prevê que contribuintes de alta renda vão pagar mais imposto. Mas, afinal, o que muda no IR nas

A conta da perda de arrecadação provocada pela isenção recairá sobre o grupo de 0,1% dos brasileiros (pouco mais de 200 mil pessoas) de alta renda. O PL cria um Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) mínimo para quem ganha mais de R\$ 50 mil ao mês, numa alíquota que sobe gradualmente até 10%, que vale para quem ganha a partir de R\$ 100 mil ao mês.

Nesse topo, como boa parte já paga o mínimo, 141 mil contribuintes deverão ser impactados pela imposição de uma alíquota mínima de 10%, segundo já divulgou a Receita Federal.

Na outra ponta, o Ministério da Fazenda estima que 10 milhões de pessoas poderão sair beneficiadas com isenção e descontos.

Para a maior parte dos brasileiros, inclusive aqueles que podem ser considerados de classe média alta ou alta, pouco mudará, como mostra a análise das mudanças para cinco grupos diferentes de contribuintes, descritas a seguir pelo GLOBO. Veja abaixo:



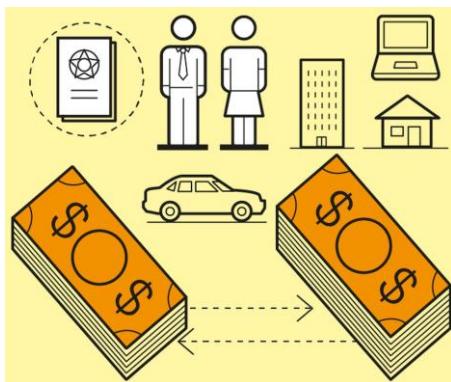
Trabalhadores com carteira e salário de até R\$ 5 mil ao mês

Trabalhador que ganha até R\$ 5 mil — Foto: Criação O Globo

Os trabalhadores com carteira assinada e salário de até R\$ 5 mil ao mês ficarão isentos do IRPF. Hoje, está isento só quem ganha até R\$ 3.036 ao mês (o equivalente a dois salários mínimos).

Quem ganha de R\$ 3.036 a R\$ 3.533 ao mês paga alíquota de 7,5% (com dedução de R\$ 182,16). Esse percentual vai subindo conforme as faixas de rendimento até alcançar 27,5%, para renda acima de R\$ 5.830,85 (com dedução de R\$ 908,73).

A alíquota efetiva (a taxa percentual do quanto do rendimento total é pago de IRPF) é menor, porque considera as deduções (que reduzem o valor total sobre o qual a alíquota nominal incidirá) e eventuais rendimentos isentos ou com tributação específica.



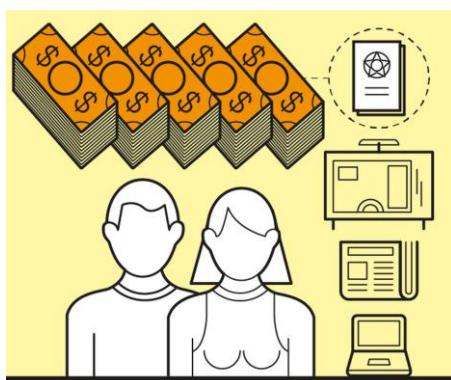
Trabalhadores com carteira com salário de R\$ 5 mil a R\$ 7.350 ao mês

Salário de R\$ 5 mil a R\$ 7.350 por mês — Foto: Criação O Globo

Na proposta aprovada, haverá uma tabela específica para quem ganha de R\$ 5 mil a R\$ 7.350 ao mês. As alíquotas serão progressivas, subindo aos poucos conforme a renda aumenta, e haverá uma dedução automática, para evitar que quem ganha pouco acima de R\$ 5 mil ao mês tenha que pagar IRPF e, portanto, termine com um salário líquido abaixo do limite da isenção.

Com isso, quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350 ao mês pagará menos IRPF do que hoje.

Profissionais liberais com carteira e salário acima de R\$ 50 mil ao mês



Profissionais liberais com carteira e salário acima de R\$ 5 mil ao mês — Foto: Criação O Globo

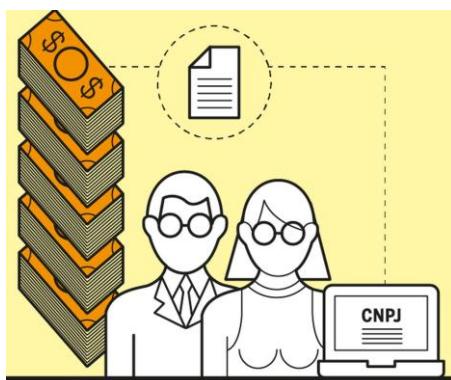
Dentistas, arquitetos, advogados e outros profissionais liberais com carteira assinada e salário superior a R\$ 50 mil ao mês seguirão com a atual alíquota de 27,5% de IRPF descontada em folha. Apenas estará sujeito à cobrança do IRPF mínimo quem ganha acima de R\$ 50 mil ao mês e tem alíquota efetiva abaixo da nova tabela da alíquota mínima.

Para quem ganha de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil por mês (de R\$ 600 mil a R\$ 1,2 milhão por ano), a alíquota mínima subirá aos poucos até chegar a 10%, na faixa superior.

Segundo cálculos do Centro de Pesquisa em Macroeconomia (Made) da USP, os brasileiros que pagam a maior alíquota efetiva são os que têm renda média de R\$ 29.685 mil ao mês, com quase 12% de IRPF — ou seja, para eles, nada mudará.

A partir dessa faixa de renda, a taxa efetiva vai caindo. O grupo que está no 0,1% de maior renda do país ganha em média R\$ 392,582 mil por mês e paga hoje alíquota efetiva de 7,4%. É o que projeto quer mudar. Se for a nova lei for aprovada em definitivo no Congresso, esses brasileiros passarão a pagar o mínimo de 10%, com aumento de tributação.

Profissionais liberais com rendimento superior a R\$ 50 mil ao mês e que trabalham como pessoa jurídica



Profissionais liberais com rendimento superior a R\$ 50 mil ao mês e que trabalham como pessoa jurídica — Foto: Criação O Globo

Tomemos como exemplo um profissional liberal que atua por meio de uma empresa, prestando serviços — é o caso de um médico que tenha seu consultório, um engenheiro que tenha uma consultoria ou um arquiteto com seu escritório —, e tenha rendimento mensal de R\$ 55 mil.

A empresa recolhe Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) por alíquotas que variam conforme a faixa de faturamento e a

atividade, geralmente nos regimes Simples ou lucro presumido.

A remuneração desse profissional, sócio-proprietário da empresa, é paga por meio de dividendos, ou seja, a distribuição dos lucros da firma. Hoje, esse tipo de rendimento é isento de IRPF. Para saber se pagará o IRPF mínimo, o profissional deverá calcular sua alíquota efetiva, incluindo no cálculo todos os seus rendimentos, até os dividendos.

Na hipótese de toda a renda do profissional vir de dividendos, ele hoje paga zero de IRPF.

O que muda? Na nova regra, ele pagará a alíquota mínima conforme a nova tabela. Para renda anual de R\$ 660 mil, é de 2,5%. Quem receber mais de R\$ 50 mil ao mês em dividendos pagará IRPF na fonte, com taxa de 10%, que poderá ser eventualmente restituído, após a declaração anual de ajuste, caso a alíquota efetiva fique acima da que deveria conforme a nova tabela.

Profissionais que têm rendimento maior que R\$ 50 mil combinando salário de carteira assinada e empresa



Profissionais que têm rendimento maior que R\$ 50 mil combinando salário de carteira assinada e empresa — Foto: Criação O Globo

Nesse caso, também vale a soma de todos os rendimentos, calculando a alíquota efetiva. O total, considerando o rendimento recebido de carteira assinada — sobre o qual continuará incidindo a alíquota de 27,5% recolhida em folha — e demais rendimentos (como aluguéis), será tributado pela nova regra se exceder os R\$ 600 mil anuais.

Se, ao fazer a declaração de ajuste, a alíquota efetiva, que considerará o IRPF retido na fonte, ficar acima de 10%, nada mudará para esse profissional.

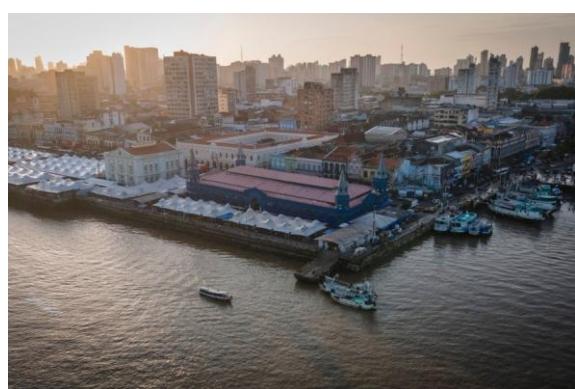
Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/11/2025

PROPOSTA DE US\$ 1,3 TRILHÃO PARA CLIMA SUGERE TURBINAR DOAÇÕES, BARATEAR CRÉDITO E ATENUAR DÍVIDAS

Presidentes das COPs do Brasil e do Azerbaijão lançaram hoje primeiro esboço do mapa do caminho para elevar o financiamento de países ricos a pobres no combate à crise do clima

Por Rafael Garcia — São Paulo



Vista do mercado Ver-O-Peso, no centro de Belém, cidade sede da COP 30 — Foto: Anderson Coelho / AFP/26/08/2025

A presidência da COP 30, a conferência do clima de Belém, divulgou hoje um relatório que detalha sua proposta para elevar até US\$ 1,3 trilhão o financiamento de países ricos aos pobres na luta contra a crise do clima. O documento é o primeiro esboço sobre como chegar a esse número por medidas diversas, entre elas elevar o volume de doações, baratear o crédito e renegociar ou perdoar dívidas.

Feito junto com a presidência da COP 29, realizada em 2024 no Azerbaijão, o documento de 80 páginas batizado de "Baku to Belem Roadmap to 1.3T" (Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3T), decompõe em vários tópicos uma possível trilha para chegar a esse número até 2035.

A proposta, revelada na véspera da Cúpula de Líderes que antecede a COP 30 na capital paraense, lista cinco possíveis frentes de atuação necessárias para ampliar fontes de financiamento, sejam elas públicas ou privadas. Numa segunda parte, mostra quais finalidades devem receber os recursos mobilizados, seja na frente da mitigação (corte de emissões de CO₂) ou da adaptação (adequação da sociedades aos impactos do clima).

O Roadmap não é, por enquanto, um documento sendo tratado na agenda oficial das COPs. Como não foi submetido ainda à apreciação geral, também é um tanto vago quando fala sobre como colocar em prática as ações propostas.

A proposta foi encomendada porque na COP 29 (que tinha esse assunto na pauta), as metas quantificadas para financiamento global ficaram aquém da expectativa e muito aquém das necessidades dos países em desenvolvimento.

Um montante de US\$ 300 bilhões anuais acordado em Baku foi considerado insuficiente para as necessidades apontadas pelas nações mais pobres, que já sofrem com impactos do aquecimento. Brasil e Azerbaijão se comprometeram a se sentar juntos, então, para desenhar uma proposta de solução. Montaram uma equipe técnica que coletou sugestões de outros membros do Acordo de Paris para o clima ao longo do ano e construiu uma proposta.

Apesar da abstração com que o tema é tratado, o Roadmap já inclui alguns números sobre de onde pode sair o dinheiro, que hoje flui num volume menor até do que o acordado em Baku. O valor atual está entre US\$ 115 bilhões e US\$ 200 bilhões, dependendo do critério e da fonte adotada.

Dados do painel do clima da ONU (IPCC) e da Agência Internacional de Energia (IEA) embasam a proposta de como o US\$ 1,3 trilhão a ser levantado deve ser distribuído, dividindo-o por setores e por regiões do mundo.

O prefácio do relatório, assinado por André Corrêa do Lago, presidente da COP 30, e Mukhtar Babayev, presidente da COP 29, resume o espírito do documento.

"Sabemos que esta jornada começa em tempos turbulentos, com recursos financeiros escassos e difíceis escolhas orçamentárias. Mas existem soluções tecnológicas e financeiras", escrevem.

Em entrevista coletiva nesta quarta-feira, Babayev reconheceu o tamanho do desafio proposto.

— Estamos tentando intervir no funcionamento normal da economia mundial. Estamos tentando direcionar as forças das finanças globais — disse. — Esta é uma tarefa imensa. O sucesso exigirá grande vontade política. Exigirá foco constante e ação incansável de todos nós.

Dividindo a tarefa

Para adequar o sistema financeiro global para o desafio, o documento propõe cinco frentes de atuação: reabastecer, reequilibrar, redirecionar, reformular e reestruturar. Cada um dos R tem um objetivo específico:

- Reabastecer - Aumentar o volume de ajuda financeira disponível na forma de doações, capital e baixo custo e empréstimos com baixa exigência
- Reequilibrar - Resolver o problema de endividamento que impede muitos países pobres de captarem crédito internacional
- Redirecionar - Aumentar o fluxo de capital privado nas áreas onde o financiamento climático já dá retorno
- Reformular - Preparar os países receptores dos recursos para aplicá-los de maneira eficiente no combate à crise do clima

- Reestruturar - Ajustar os sistemas e estruturas de fluxo de capital para aplicar os recursos de modo equitativo, atacando desigualdades e corrigindo distorções

Além de mencionar a reforma global no sistema financeiro, o Roadmap lista de uma série de sugestões de novas formas de taxação que receberam de diversos governos e entidades durante o período em que estiveram abertos a comentários. Alguns países e organizações pedem para levantar recursos com impostos sobre grandes fortunas, taxação dos setores de transporte aéreo e naval, além de tributar produtos de luxo.

O grosso do valor, porém, deve surgir por meio de negociações envolvendo os grandes bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o BID. Países em desenvolvimento, porém, afirmam que empréstimos tomados com juros a taxas de mercado não devem ser contabilizados como ajuda climática.

Corrêa do Lagoa afirma que, com as contribuições externas feitas ao documento, ficou claro também o tamanho do problema do endividamento, que prejudica a captação de crédito, particularmente dos países menos desenvolvidos e das nações-ilha, que são mais vulneráveis.

— Essa é realmente uma grande preocupação. E acredito que o lado positivo é que já existem algumas iniciativas funcionando muito bem — disse. — Nossas recomendações estão ligadas ao fato de sabermos que isso já é possível e já está acontecendo. É uma questão de escala, como na maioria das coisas que mencionamos.

O Roadmap também distribui a aplicação dos recursos em cinco tópicos diferentes:

- Adaptação e compensações por perdas e danos
- Transição energética e acesso a energia limpa
- Preservação e restauração da natureza
- Promoção de uma agricultura mais resiliente e menos emissora
- Combate à desigualdade climática e suporte a populações tradicionais

A diversidade no perfil de países em desenvolvimento implica que cada uma dessas necessidades varia de proporção, em diferentes locais do mundo.

Os dados da IEA mostram, por exemplo, que a Índia vai precisar, proporcionalmente, de muito mais ajuda para a transição de sua matriz elétrica, do que os países latino-americanos, onde o gargalo maior é em transporte e construção.

A América Latina também tem um potencial muito maior para captação de recursos privados, por exemplo, quando comparada com a África, onde o espaço para ação vai depender muito de recursos públicos.

Como implementar

Com o documento lançado, Babayev e Corrêa do Lago têm agora o desafio de atrair os países desenvolvidos para a agenda proposta. Nenhum dos dois foi claro em relação à perspectiva de incorporar o documento à trilha oficial da COP 30, apesar de ambos se mostrarem otimistas com a possibilidade de crescer a iniciativa em paralelo.

— Acredito que este relatório pode desencadear uma série de coligações, uma série de uniões de países em uma direção ou outra — diz Corrêa do Lago. — Obviamente, em um mundo ideal, gostaríamos que tudo fosse aprovado por todos, mas uma ideia muito forte no relatório é também a necessidade de incorporar urgência à implementação.

ONGs e especialistas receberam bem o conteúdo do Roadmap, mas ainda estão cautelosas com relação a qual será seu futuro.

— O grande desafio será verificar se ele será efetivamente endossado pelos países na COP 30 e como será construído um mecanismo robusto de monitoramento e implementação — diz Karen Silverwood-Cope, diretora de clima do World Resources Institute (WRI) no Brasil — O plano estabelece ações e responsabilidades não apenas para os países, mas também para instituições financeiras internacionais, o G20, os Brics e todo o sistema multilateral, reconhecendo que a transformação exigida é sistêmica.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 05/11/2025

AVANÇOS EM DIREÇÃO A UM FUTURO RENOVÁVEL

Empresas nacionais do setor de Óleo e Gás desenvolvem soluções de descarbonização comprometidas com a sustentabilidade

Por IBP



O petróleo brasileiro emite menos gases poluentes do que a média mundial em sua produção — Foto: banco de imagens

A energia é central nas nossas vidas para o sucesso da transição para um mundo com menos emissões de gases causadores das mudanças climáticas. Afinal, as empresas que produzem combustíveis e eletricidade são transversais, participando de todos os setores da economia. O Brasil está muito bem-posicionado nesse cenário: 49% de sua oferta é proveniente de fontes renováveis – muitos países trabalham, neste momento, para alcançar percentual semelhante ao longo das próximas décadas.

O setor de óleo e gás do país contribui de forma decisiva para este resultado: na sua produção, o petróleo brasileiro emite menos gases poluentes do que a média mundial.

Os campos de Tupi e Búzios, por exemplo, que respondem por mais de 40% da produção nacional, geram 10 quilogramas de CO₂ por barril de óleo equivalente, a unidade de medida utilizada em todo mundo para comparar quantidades do produto. A média do país é 17. No mundo, é de 20. Esse feito é resultado de um amplo esforço em tecnologia, que garantiu que o setor se tornasse eficiente sem perder o foco na sustentabilidade.

Segurança energética

Esta é uma das diversas formas de como a indústria de óleo e gás explora caminhos para a descarbonização. O objetivo é contribuir com o combate às mudanças climáticas em diferentes frentes, sem perder de vista a importância de continuar produzindo os combustíveis que sustentam o setor produtivo e a vida em sociedade, como explica Roberto Ardenghy, CEO do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP):



— A transição energética não é uma corrida de 100 metros. É uma maratona. Os hidrocarbonetos vão continuar sendo fundamentais para a economia e a sociedade, já que entregam disponibilidade, confiabilidade e preço, características que ainda faltam a muitas das opções renováveis. Nos últimos anos, a indústria tem trabalhado para seguir contribuindo com a economia brasileira, com um forte olhar para o aspecto da sustentabilidade.

Roberto Ardenghy, CEO do IBP — Foto: Divulgação/IBP

A fim de difundir essa mensagem, o IBP lançou recentemente a campanha “Energia da Evolução”, que busca mostrar como o petróleo e o gás estão presentes no dia a dia – inclusive na forma de produtos de uso diário – e são essenciais para o futuro do país. Além disso, o petróleo e o gás

natural responderam por 44% da oferta de energia primária no Brasil, em 2024, o que reforça seu papel estratégico que ajuda a assegurar a segurança energética e a soberania nacional.

Biocombustíveis e CCUS

O setor contribui de diferentes formas, complementares entre si, para assegurar a transição energética. Uma delas consiste no apoio à descarbonização dos transportes com base no uso de biocombustíveis, que emitem até 80% menos CO₂. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, resultado de décadas de investimento em tecnologias que viabilizaram e impulsionaram esta opção.

— Com o apoio do setor, o país pode liderar novos mercados de combustíveis sustentáveis, como é o caso do SAF na aviação, que vai atender a um dos setores de mobilidade mais estratégicos para reduzir as emissões — afirma o CEO do IBP.

Outras ações se apoiam na própria atividade das empresas do setor para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. É o caso das ferramentas de captura, uso e armazenamento de carbono, sintetizadas na sigla CCUS. São utilizadas para injetar CO₂ em reservatórios geológicos ou em tanques de forma segura. Também permitem remover emissões que já estão na atmosfera. Esse material pode ser utilizado por indústrias que encontram maior dificuldade de reduzir suas emissões, como as de fertilizantes, cimento e aço.



O setor de óleo e gás apoia a descarbonização dos transportes com base no uso de biocombustíveis, como o biodiesel — Foto: banco de imagens

As CCUS também já são utilizadas com parte das técnicas de recuperação avançadas de reservatórios de hidrocarbonetos, como insumo para geração de energia, aquecimento de espaços e desenvolvimento de produtos de valor comercial nos setores de alimentação, petroquímica, de materiais de construção.

Apoio à pesquisa

O setor também está preparado para usar toda a sua experiência no oceano para apoiar o desenvolvimento da fonte eólica offshore. O Plano Decenal de Expansão 2031 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por exemplo, atesta a importância da expertise destas empresas na instalação de estruturas, logística e operações no ambiente marinho.

Na base de todos esses avanços, está um compromisso histórico com Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Estabelecida nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, existe uma cláusula que determina que as empresas petrolíferas devem realizar investimentos equivalentes a 1% da receita bruta em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).



Empresas petrolíferas investem o equivalente a 1% da receita bruta dos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural em atividades de PD&I — Foto: banco de imagens

Desde 1998, com o estabelecimento das primeiras regulamentações sobre as obrigações em PD&I, já foram canalizados investimentos superiores a R\$ 29 bilhões. A tendência é que os valores sejam direcionados para a mitigação do impacto das operações sobre o meio ambiente e a diversificação dos planos de negócios no contexto da transição energética, com ganhos e aprendizados para outros setores da economia.

— Com base em diferentes ações, alinhadas com o compromisso com a sustentabilidade, o setor se posiciona como um parceiro estratégico para manter a economia em movimento, assim como para garantir uma transição energética gradual, realista, justa e segura para todos os brasileiros — finaliza Ardenghy.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 05/11/2025

CHINA SUSPENDE RESTRIÇÕES DE EXPORTAÇÃO E REMOVE TARIFAS SOBRE SOJA E OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS EUA

Ministério das Finanças confirmou que serão encerradas, a partir do dia 10 deste mês, as sobretaxas impostas sobre a soja e outros produtos agrícolas americanos, incluindo milho, trigo, sorgo e frango

Por Bloomberg — Beijing, China



O presidente dos EUA, Donald Trump (à esquerda), e o presidente da China, Xi Jinping, no encontro dos líderes na Base Aérea de Gimhae, em Busan, na Coreia do Sul — Foto: ANDREW CABALLERO-REYNOLDS / AFP

A China anunciou que removerá as tarifas retaliatórias sobre alguns produtos agrícolas dos Estados Unidos e suspenderá os controles de exportação sobre diversas empresas americanas, após o presidente Donald Trump reduzir de 20% para 10% as tarifas adicionais sobre diversos produtos chineses exportados para o mercado americano, que haviam sido impostas por seu governo como retaliação pelo tráfico de fentanil para o país.

As medidas fazem parte de um acordo comercial mais amplo entre Trump, e o líder chinês, Xi Jinping, que deve durar um ano e, por ora, estabilizou uma relação turbulenta. Antes da cúpula realizada na Coreia do Sul na semana passada, os dois líderes estavam presos em um ciclo de ações de retaliação mútua que ameaçava desestabilizar o comércio global.

Horas depois, o Ministério do Comércio informou que removerá 15 empresas americanas de uma lista de controle de exportações, além de retirar outras 10 companhias dos EUA de sua lista de "entidades não confiáveis". Pequim também eliminará a proibição das exportações para a China dos sequenciadores de DNA da Illumina.

Para consolidar esse cessar-fogo, Trump assinou na terça-feira duas ordens executivas que formalizaram a redução das tarifas relacionadas ao fentanil sobre as exportações chinesas e prorrogaram a suspensão de tarifas recíprocas mais altas impostas pelos EUA.

A trégua entre as duas maiores economias do mundo aumentou o otimismo quanto a uma retomada do comércio agrícola entre os dois países, ajudando a elevar os preços globais dos grãos. Os futuros da soja em Chicago subiram até 1% durante o pregão asiático nesta quarta-feira.

Os compradores chineses haviam evitado a soja americana enquanto as tensões entre as duas partes se agravavam, optando por comprar mais da América do Sul. A nação asiática adquiriu suas primeiras cargas dos EUA nesta temporada apenas alguns dias antes da cúpula na Coreia do Sul, e

fez novas compras após o encontro. No ano passado, a China comprou mais de US\$ 12 bilhões em soja americana



Colheita de soja em uma fazenda perto de Gregory, Arkansas: compradores chineses haviam evitado a soja americana enquanto as tensões entre as duas partes se agravavam, optando por comprar mais da América do Sul. — Foto: Rory Doyle/Bloomberg

O enviado comercial da China, Li Chenggang, atribuiu as recentes interrupções no comércio agrícola deste ano às tarifas dos EUA, durante uma reunião realizada na terça-feira, em Pequim, com uma delegação comercial americana. Ambos os lados se complementam bem e “têm um enorme espaço para cooperação”, disse Li.

No entanto, segundo traders, a soja americana ainda deve enfrentar uma tarifa de importação chinesa de 13%, mesmo após a redução.

De acordo com o comunicado do Ministério das Finanças, Pequim também está eliminando uma tarifa retaliatória adicional de 15% sobre o trigo dos EUA. Um grande comprador chinês está atualmente buscando um carregamento do grão vindo dos Estados Unidos — o que seria a primeira compra da nação asiática em mais de um ano.

“A suspensão de certas tarifas entre a China e os EUA está em consonância com os interesses fundamentais de ambos os países e de seus povos”, afirmou o ministério no comunicado. A medida “atende às expectativas da comunidade internacional e ajudará a elevar as relações econômicas e comerciais bilaterais a um nível superior.”

O ministério chinês confirmou, em um comunicado separado divulgado nesta quarta-feira, que a tarifa de 24% sobre todos os produtos americanos será suspensa por um ano, em alinhamento com a ordem executiva de Trump. A suspensão chinesa entrará em vigor às 13h01 de segunda-feira, em Pequim.

O comunicado, publicado no site do Ministério das Finanças citando o Conselho de Estado de Pequim, aponta que “por um ano, a tarifa de 24% sobre produtos dos EUA continuará suspensa, (e) uma tarifa de 10% sobre produtos dos EUA permanecerá em vigor”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/11/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CASAMENTO DESFEITO APÓS 68 ANOS: POR QUE A NIPPON STEEL SAIU DE VEZ DO CAPITAL DA USIMINAS

Grupo japonês vendeu por R\$ 1,7 bilhão sua participação restante no capital da siderúrgica mineira, que ajudou a criar em 1958, para o grupo ítalo-argentino Ternium

Por Ivo Ribeiro

Foi uma parceria que durou 68 anos e ajudou a criar no Brasil uma indústria siderúrgica forte. Mas chegou ao fim nesta quarta-feira, 5, quando os japoneses informaram que estão deixando, de vez, a sociedade na Usiminas, siderúrgica que ajudaram a fundar, junto com o governo brasileiro, em 1958.

Além de capital, os investidores japoneses trouxeram para a nascente produtora de aço a mais moderna tecnologia siderúrgica da Nippon Steel. O empreendimento, que foi o primeiro investimento externo em grande escala do Japão após a Segunda Guerra Mundial, foi viabilizado pelo acordo conhecido como Lanari-Horikoshi, sobrenomes de Amaro Lanari Júnior e Teizo Horikoshi, que lideraram missões japonesas ao Brasil.

Lanari foi o presidente da Usiminas entre 1958 e 1976 — fase de consolidação da siderúrgica —, e Horikoshi presidiu a Nippon Usiminas, empresa criada para facilitar e intermediar os investimentos do Japão na siderúrgica mineira. O capital japonês ficou com 40% da nova fabricante de aço, que iniciou produção alguns anos depois em Ipatinga, na região do Vale do Aço, em Minas Gerais. Ipatinga, na época, era um vilarejo com cerca de 200 casebres, distrito de Coronel Fabriciano.

O projeto colocou Minas Gerais no mapa da siderurgia mundial. Até então, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que foi fundada em abril de 1941 em Volta Redonda (RJ), com a benção do presidente da República, Getúlio Vargas, era a única fabricante de aços planos do País. A CSN, dona de uma grande mina de ferro (Casa de Pedra), nasceu de um acordo dos governos brasileiro e americano para fornecer aço aos EUA em plena guerra contra a Alemanha, Japão e Itália.



Com unidade de produção de aço bruto em Ipatinga (MG) e de laminação em Cubatão (SP), a Usiminas passa ao controle integral da Ternium Foto: Usiminas/Divulgação

Nesta quarta-feira, 5, dois anos e meio após o primeiro passo para assumir integralmente o controle acionário da Usiminas, o grupo ítalo-argentino Ternium anunciou ter adquirido, por US\$ 315,2 milhões (R\$ 1,7 bilhão), as ações restantes da gigante japonesa do aço e passou a ser, junto com outras empresas da organização Techint, a controladora integral da siderúrgica mineira, com 92,9%

no bloco de controle.

A diferença das ações com direito a voto no bloco de controle (7,1%) ficou com a Caixa de Previdência dos Empregados da Usiminas, que está presente na empresa desde sua privatização, 34 anos atrás.

Com o negócio, o grupo Ternium, pertencente à família ítalo-argentina Rocca e comandado por Paolo Rocca, passa a deter 71,97% das ações ordinárias totais da Usiminas e se consolida como segundo maior produtor de aço no Brasil. A fundação dos empregados tem 4,84% e outros acionistas somam 23,19% do capital ordinário da companhia. Entre os demais acionistas está a própria CSN, que travou uma longa disputa com o grupo ítalo-argentino desde 2013 e reduziu sua participação na empresa mineira este ano.

Procuradas, tanto a Ternium quanto a Nippon Steel informaram que não iriam se pronunciar além do comunicado oficial.

Impulso da tecnologia japonesa

Com a Nippon como parceira e fornecedora de tecnologia de produção de aço, a Usiminas ganhou projeção, crescendo em capacidade de produção na usina de Ipatinga - que se emancipou em 1964 e é hoje a principal cidade da Região Metropolitana do Vale do Aço.

A siderúrgica tornou-se, ao longo de duas décadas, a mais eficiente, e única lucrativa, das usinas de aço que compunham a extinta Siderbrás, holding estatal que no fim dos anos de 1980 controlava também CSN, Cosipa (Cubatão-SP), Açominas (Ouro Branco-MG) e Cia. Siderúrgica de Tubarão (Serra-ES).

Por essa razão, a Usiminas foi a primeira a entrar no programa de privatização do governo federal, na gestão de Fernando Collor, em 1991. O leilão da empresa, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, contestado por sindicatos e outras entidades, foi disputado por vários grupos industriais e financeiros. De 1991 a 1994, todas as cinco empresas foram vendidas ao capital privado.

A Usiminas, no auge, tornou-se uma referência no fornecimento de aço para o setor automotivo, que exigia material de alta qualidade. A tecnologia japonesa estava na cultura da empresa, que uniu o jeito mineiro e a disciplina dos sócios. A empresa atingiu capacidade de produção superior a 5 milhões de toneladas de aço bruto por ano após vários planos de expansão. Sob gestão privada, fez o primeiro movimento de expansão por aquisição: liderou a compra do controle da Cosipa no leilão de privatização.



Tecnologia de produção de aço de alta qualidade, principalmente para automóveis, foi fornecida pela Nippon Steel desde o início de produção da Usiminas em 1962 Foto: Usiminas/Divulgação

Na formação da parceria, em 1958, após um ano de negociações, o governo brasileiro foi responsável por garantir o capital necessário à construção da siderúrgica mineira, com financiamento do então Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES, acrescido da palavra Social. Do lado japonês, um grupo privado, liderado pela Yawata Iron and Steel (que foi renomeada Nippon Steel), reuniu produtoras de aço e fabricantes de máquinas e equipamentos.

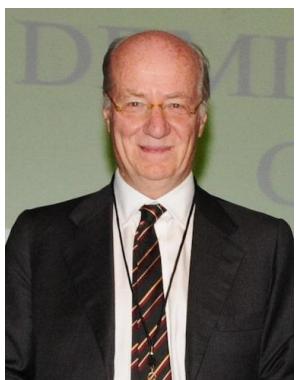
A empresa de capital misto, Nippon Usiminas, em quatro anos passou a fornecer, a partir da Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, aços que atendiam à demanda nacional das indústrias naval, automobilística, de base e mecânica pesada. Os japoneses, que forneciam a tecnologia, e passaram a receber royalties por isso anos depois, contribuíram para desenvolver aço de alto valor agregado. Apostando na parceria brasileira, estiveram presentes desde a construção e entrada em operação do primeiro alto-forno, em outubro de 1962.

Trajetória difícil do entrante

A Ternium entrou no capital da Usiminas no início de 2012, após a compra, em novembro de 2011, das participações dos grupos Camargo Corrêa e Votorantim, que eram integrantes do bloco controlador da siderúrgica juntamente com a Nippon Steel e os empregados. O grupo pagou R\$ 4,1 bilhões, valor considerado alto, para integrar o bloco de controle da Usiminas, com quem já tinha parcerias de venda de tecnologia para suas usinas na Argentina e México. Também foram sócias na privatização da venezuelana Sidor, em 2007 - que anos depois foi encampada pelo governo do presidente Hugo Chávez.

Ou seja, o grupo ítalo-argentino conhecia muito bem a empresa na qual estava investindo. A aquisição de 27,7% de capital ordinário dos acionistas que estavam saindo dava direito a 43,3% no bloco controlador, ao lado de Nippon (46,6%) e empregados (10,1%). O valor pago por ação, de R\$ 36, representou prêmio de 80% sobre a cotação em bolsa. Agora, o valor pago aos japoneses foi de US\$ 2,06 (R\$ 11,12) por ação ordinária.

Em março de 2023, a Nippon decidiu, por R\$ 10 por ação, vender parte de sua fatia de ações. O valor do negócio foi de R\$ 687 milhões. Isso representou, naquele momento, que o grupo japonês deixava de ter poder nas decisões estratégicas da Usiminas. Pelo acordo, que dava lhe um direito de saída ("put option") após dois anos, garantiu a presidência do conselho de administração e um vice-presidente (de tecnologia e inovação) na diretoria executiva.



Paolo Rocca, principal acionista e chairman do grupo Ternium: negócio de R\$ 1,7 bilhão na compra das ações da sócia japonesa Foto: Creative Commons

No comunicado da Ternium desta quarta-feira, não está informado se a joint venture Unigal, entre Usiminas e Nippon, voltada à fabricação de aços revestidos (de alto valor agregado), será também desfeita agora ou futuramente. O grupo japonês tem 30% de participação na Unigal, que fica dentro da própria usina de Ipatinga.

Segundo pessoas ligadas ao grupo japonês, em 2023 a Nippon Steel havia perdido totalmente o encanto com a Usiminas, depois de cinco anos de divergências sobre o modelo de gestão da Ternium na empresa, mesmo com acordo de decisões compartilhadas. Só aguardava o momento adequado para iniciar a saída. Estava também frustrada com o mercado de aço do Brasil após a crise iniciada em 2015.

Em 2016, por exemplo, a Usiminas encerrou a produção de aço bruto na usina de Cubatão, mantendo somente as operações de laminção a partir da compra de aço semi-acabado de terceiros, no País ou por importação.

O acordo de pacificação de 2018 entre os dois grupos permitiu a convivência de ambos por cinco anos, tendo uma pandemia no meio do caminho. Mas os japoneses, segundo interlocutores, já haviam decidido buscar outros rumos para investir. Por exemplo, começou uma parceria nos EUA com a ArcelorMittal, que se estendeu para a Índia, na compra e construção de usinas. Há dois anos, fez um movimento mais ousado, com oferta de US\$ 14,9 bilhões, pela gigante americana U.S. Steel.

Disputa atribulada com CSN

A Ternium não teve uma convivência tranquila na Usiminas nesses 13 anos de presença na siderúrgica. Ao contrário, viveu alguns conflitos. Mesmo antes das divergências com os sócios japoneses, enfrentou desde 2013 ações na Justiça por parte da CSN, que reivindicava que o grupo ítalo-argentino tinha a obrigação de fazer uma oferta pública de compra das ações dos minoritários. Alegava que houve mudança de controle na gestão da siderúrgica mineira desde 2012, se não no papel, de fato no dia a dia.

A CSN já estava na Usiminas desde 2011, em movimentos graduais de compra de ações. Chegou a 20% das ações ordinárias e 16% do capital total. Mesmo sob pressão do Cade, por se tratar de uma siderúrgica concorrente, Steinbruch não se desfez de sua participação. Foi empurrando o caso com o auxílio de seus advogados.

Após pareceres contrários da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e várias derrotas na Justiça, em 2024 a CSN obteve julgamento favorável à sua tese no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão aprovada por três ministros desembargadores da Corte e dois votos contrários obrigava a Ternium a reparar, com multas, R\$ 5 bilhões à companhia de Steinbruch. Tempos depois, o valor foi reduzido a R\$ 3 bilhões, mas o imbróglio continua parado na Justiça, aguardando uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).



Benjamin Steinbruch, dono da CSN, tentou a compra da Usiminas em 2011 e abriu disputa judicial com a Ternium para obrigar compra de suas ações na concorrente Foto: Evelson de Freitas/Estadão

Uma vitória da Ternium nessa disputa foi obtida com pressão judicial do TRF-6 (Tribunal Regional Federal, da sexta região) sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que a CSN reduzisse sua posição abaixo de 5%. A siderúrgica teve de acatar e fez duas vendas de ações



ao longo deste ano para atender a demanda judicial. De sobra, ainda recebeu uma multa do órgão antitruste, no mês passado, de R\$ 128,7 milhões.

Mais barulho pode vir pela frente para a Ternium, dizem pessoas do setor e especialistas. Ao ficar com 93% do bloco de controle, é esperado que minoritários da empresa de ações ordinárias, entre eles a CSN, poderão questionar nos órgãos regulatórios do mercado de capitais se têm o direito de uma oferta pública de ações (OPA) por parte da Ternium. Mas, com base em decisões anteriores, o Cade poderá argumentar que houve nova movimentação de acionistas do atual bloco controlador.

Com Nippon fora, caminho para integração

Um fechamento de capital da Usiminas, dizem especialistas ouvidos pelo Estadão, na condição de anonimato, faria muito sentido para Ternium/Techint avançar na integração da siderúrgica mineira com a Ternium Brasil (produtora de placas do grupo em Santa Cruz, Rio de Janeiro), unindo as operações das três unidades de produção (Ipatinga, Cubatão e Rio de Janeiro), sob o mesmo guarda-chuva, com ganhos custos e sinergias.

Atualmente, nas usinas mineira e fluminense, o grupo Ternium está apto a fazer 9 milhões de toneladas de aço bruto por ano. A produção de placas da Ternium Brasil é quase 100% exportada para a América do Norte. A unidade de Cubatão, que tem um terminal portuário ao lado do Porto de Santos, passaria, com uma fusão das operações, a ser abastecida dentro do grupo.

Mesmo com uma fatia expressiva do mercado brasileiro de aços planos, competindo com CSN, a Usiminas viu ao longo dos anos o avanço da ArcelorMittal (maior produtora de aço do País) em seu segmento de atuação, o de aços planos de alto valor agregado. A Gerdau também ganhou posição em alguns mercados relevantes.

No comunicado do negócio com a Nippon, a Ternium ressalta que o movimento reforça a "estratégia de fortalecer sua presença industrial e tecnológica no Brasil, integrando operações e otimizando sinergias regionais". A operação envolveu também a pequena fatia de ações da Mitsubishi Corporation no grupo de controle da Usiminas. Toda a operação, informou, será financiada com recursos próprios.

Sediada em Luxemburgo, a Ternium é uma companhia com receita líquida de quase US\$ 18 bilhões (R\$ 97 bilhões) em 2024, com operações em vários países das Américas — Argentina, Brasil, Colômbia, México e EUA. O grupo possui capacidade de produção anual de 15,4 milhões de toneladas de aço bruto, já considerando a consolidação da Usiminas em seus resultados.

A Usiminas, além de aço, produz minério de ferro e tem empresas de distribuição e centros de serviços para clientes. Registrou receita líquida de R\$ 20 bilhões de janeiro a setembro deste ano. E agora vai precisar aprender a operar sem o traço nipônico que a marcou pelas quase últimas sete décadas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/11/2025

TERNIUM COMPRA AÇÕES RESTANTES DA NIPPON STEEL E DA MITSUBISHI CORPORATION NA USIMINAS

Empresas que compõe o Grupo NSC saem da companhia mineira, da qual faziam parte desde a sua fundação

Por Ana Paula Machado (Broadcast)

A Ternium será a única controladora da Usiminas, pondo fim a uma disputa com a Nippon Steel. A siderúrgica mineira informou nesta quarta-feira, 5, que a Nippon Steel, em conjunto com a Mitsubishi Corporation (Grupo NSC), vendeu a totalidade de suas ações para a Ternium, saindo, dessa forma, da companhia mineira, da qual faziam parte desde a sua fundação.

Segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Ternium comprou 153.135.207 ações vinculadas ao acordo de acionistas de propriedade do Grupo NSC, as quais representam 31,67% do total das ações vinculadas (capital votante) e 21,71% do total de ações ordinárias. A empresa deve pagar US\$ 2,06 por papel, preço acordado entre as partes em 3 de julho de 2023.



A Ternium será a única controladora da Usiminas. Foto: Sergio Roberto Oliveira/Estadão

“A Previdência Usiminas (PU) e os demais membros do Grupo Ternium (Ternium Argentina, Prosid Investments e Confab Industrial) deram seus respectivos consentimentos à operação, sem exercício de sua preferência”, informou a Usiminas. “A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais neste tipo de negócio, especialmente a prévia aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).”

Segundo a Usiminas, após o fechamento da operação, a Ternium passará a deter aproximadamente 92,95% do capital votante, enquanto a PU manterá 7,05%. Em relação ao total de ações ordinárias da siderúrgica mineira, o grupo passará a deter 71,02%.

“Como resultado da operação, o Grupo NSC deixará de fazer parte do grupo de controle e do acordo de acionistas da companhia. Os direitos e as obrigações da PU, incluindo direitos de voto e indicação, não serão alterados”, informou a Usiminas.

A Ternium ressaltou, segundo a Usiminas, que o investimento adicional representado por esta operação reforça ainda mais seu compromisso com a companhia e o mercado siderúrgico brasileiro, “e que a Ternium continuará trabalhando para levar a Usiminas ao seu pleno potencial, comprometida em aprimorar sua competitividade e valor, no melhor interesse da Usiminas e de todos os seus stakeholders”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/11/2025

TRUMP FALA EM TRANSFORMAR OS EUA EM ‘SUPERPOTÊNCIA’ DE BITCOIN, CRIPTO E IA PARA ENFRENTAR A CHINA

Segundo o presidente americano, os EUA já lideram ‘todos os países’ em IA, mas é necessário mais investimento, principalmente para ‘dobrar o fornecimento de energia’ de data centers

Por Laís Adriana (Broadcast)

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que pretende transformar o país em uma “superpotência” do setor cripto e de inteligência artificial (IA) para enfrentar a China na corrida tecnológica global, ao discursar no fórum America Business nesta quarta-feira, 5, em Miami. Segundo ele, os EUA já lideram “todos os países” em IA, mas é necessário mais investimento, principalmente para “dobrar o fornecimento de energia” de data centers.



O republicano defendeu que a desregulação da economia ajudará na criação de empregos no setor privado Foto: Daniel Torok/Casa Branca

Quanto às criptomoedas, Trump mencionou as políticas de desregulação e fortalecimento do setor nos EUA, alegando que elas foram responsáveis para “tirar a pressão do dólar”. “Seremos a maior liderança global em bitcoin, cripto e IA. Do contrário, a China pegará esse lugar”, alertou.

O republicano defendeu ainda que a desregulação da economia ajudará na criação de empregos no setor privado dos EUA durante sua gestão, o que considera “correto” e “saudável” para o mercado de trabalho. “Se maior parte fosse do setor público, não teríamos um país, teríamos?”, ponderou.

O presidente americano também destacou o foco da sua gestão em ampliar gastos com defesa e aprimorar equipamentos militares para manter desempenho superior ao de outros países. “Não queremos entrar em guerras, só nos fortalecemos. Rússia está em um distante segundo lugar, e China está em terceiro, mas pode nos alcançar em alguns anos se não investirmos”, disse.

Trump falou brevemente sobre esforços por um acordo de desnuclearização entre EUA, Rússia e China, mas sem entrar em detalhes, e sobre as operações para combater o narcotráfico, alegando que não é uma luta “apenas contra a Venezuela”.

O presidente americano também voltou a destacar seus esforços por acordos de paz pelo mundo, afirmando que encerrou guerras “sem qualquer ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU)”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/11/2025



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CONCLUSÃO DE ANGRA 3 TEM CUSTO ESTIMADO DE R\$ 23,9 BILHÕES, DIZ ELETRONUCLEAR

Esse é o principal resultado da atualização no estudo de viabilidade econômico-financeira da usina, que teve as obras suspensas em 2015

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Angra 3: abandono do projeto deve demandar despesa situada entre R\$ 21,9 bilhões e R\$ 25,97 bilhões — Foto: Eletrobras/Divulgação

A conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3 tem um custo estimado em R\$ 23,9 bilhões, enquanto o abandono do projeto deve demandar despesa situada entre R\$ 21,9 bilhões e R\$ 25,97 bilhões. Esse é o principal resultado da atualização no estudo de viabilidade econômico-financeira da usina, que teve as obras suspensas em 2015, com as investigações a partir da

Operação Lava-Jato.

O estudo foi elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Eletronuclear enviou o resultado atualizado do estudo sobre a modelagem da usina ao Ministério de Minas e Energia (MME), na segunda-feira (4).

No dia 1º de outubro, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) pediu a atualização dos estudos. De acordo com a estatal, o BNDES considera três cenários. Em todos, a previsão é que a usina entre em operação comercial em março de 2033.

Em um cenário, a tarifa de equilíbrio para a usina é de R\$ 778,86 por megawatt-hora (MWh); no segundo cenário, o valor projetado é de R\$ 791,81/MWh; e no terceiro, de R\$ 817,27/MWh.

O trabalho aponta ainda a possibilidade de eventuais ganhos financeiros e redução de custos finais do projeto, como a obtenção de deságios na contratação da empresa que retomará as obras (“epcista”), a concessão de melhores condições de crédito e incentivos tributários em discussão no Congresso Nacional.

“Além disso, novas medidas a serem definidas pelo CNPE poderão diminuir ainda mais a tarifa de equilíbrio”, diz a Eletronuclear, em comunicado. O valor, aponta a Eletronuclear, é inferior ao custo médio de geração de energia da maioria das usinas térmicas de grande porte do país.

“Em relação ao estudo apresentado ao CNPE em dezembro de 2024, houve acréscimo de aproximadamente R\$ 75/MWh, decorrente principalmente da postergação da entrada em operação e da atualização dos custos de financiamento e investimento”, aponta a Eletronuclear.

A estatal prossegue: “Vale destacar que o estudo de 2024 já previa esse possível acréscimo, estimado em até R\$ 100/MWh, caso a decisão sobre o projeto não fosse tomada ainda naquele ano”.

Usina consome de R\$ 1 bi por ano, mesmo com futuro incerto

A usina nuclear de Angra 3 prevê uma potência instalada de 1.405 megawatts (MW), energia suficiente para carregar simultaneamente 30 mil carros elétricos, estima a Eletronuclear. O projeto, afirma a estatal, já consumiu cerca de R\$ 12 bilhões, mas a indefinição sobre a conclusão da usina custa cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

De acordo com a Eletronuclear, a privatização da Eletrobras, atual Axia Energia, em 2022, resultou em uma reestruturação societária na qual foi criada a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), que passou a controlar a estatal nuclear.

A ENBPar aportou R\$ 3,5 bilhões na Eletronuclear para o custeio de Angra 3, cujo valor foi esgotado em setembro de 2024. “Desde então, a Eletronuclear vem utilizando recursos de receitas de Angra 1 e 2 para manter as obrigações do empreendimento, já tendo totalizado R\$ 900 milhões até outubro de 2025.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/11/2025

PORTO E REFINARIA RUSSOS SUSPENDEM OPERAÇÕES APÓS ATAQUES UCRANIANOS

Segundo a Ucrânia, ataques provocaram incêndio e danificaram pelo menos um navio da Rússia
Por Reuters — Moscou



Porto e refinaria russos suspendem operações após ataques ucranianos — Foto: Andriy Andriyenko/Reuters

O porto russo Tuapse, no Mar Negro, suspendeu as exportações de combustível, enquanto a refinaria local interrompeu o processamento de petróleo bruto. As medidas ocorrem após ataques de drones ucranianos, segundo duas fontes da indústria e dados de rastreamento de navios da LSEG.

A Ucrânia afirmou no domingo que seus drones

atingiram Tuapse, um dos principais portos petrolíferos russos no Mar Negro, provocando um incêndio e danificando pelo menos um navio. A estratégia faz parte dos esforços de Kiev para enfraquecer a economia de guerra da Rússia, mirando sua infraestrutura energética. A administração confirmou que o ataque causou um incêndio no porto.

Há vários meses, a Ucrânia vem atacando refinarias, depósitos e oleodutos russos, enquanto a infraestrutura energética ucraniana também tem sido alvo de bombardeios russos em uma guerra que se aproxima do quarto ano.

Fontes afirmam que a refinaria controlada pela Rosneft, que exporta a maior parte de sua produção, suspendeu o processamento no dia seguinte devido aos danos à infraestrutura portuária. A Rosneft e a agência portuária da Rússia não responderam aos pedidos de comentário.

Antes do ataque, esperava-se que Tuapse aumentasse as exportações de derivados de petróleo em novembro. De acordo com dados da LSEG, três petroleiros estavam atracados no porto durante o ataque para carregar nafta, diesel e óleo combustível. Até quarta-feira, todos os navios haviam sido retirados dos cais e estavam ancorados próximos ao porto, mostraram os dados.

A refinaria de Tuapse, voltada para exportação e com capacidade de processamento de 240 mil barris de petróleo por dia, produz nafta, óleo combustível, gasóleo a vácuo e diesel com alto teor de enxofre. A planta, que já havia sido alvo de drones várias vezes, fornece principalmente para China, Malásia, Singapura e Turquia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/11/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PORTO CENTRAL E M.A.R.S. AMPLIAM PRAZO PARA ESTUDO SOBRE ESTALEIRO DE DESMANTELAMENTO E RECICLAGEM

Da Redação Indústria naval 05/11/2025 - 16:23



A administração do Porto Central (ES) e a M.A.R.S. Europe, empresa especializada em descomissionamento e recuperação de equipamentos e estruturas, firmaram o segundo aditivo ao memorando de entendimentos (MOU), visando o estabelecimento de parceria no Brasil em um estaleiro de desmantelamento e reciclagem de navios de classe mundial.

O documento estende o prazo para a realização de estudo sobre o projeto, incluindo a engenharia, o planejamento ambiental e operacional e as avaliações para garantir sua viabilidade econômica. A assinatura ocorreu durante a Offshore Technology Conference (OTC) Brasil 2025, realizada na semana passada, no Rio de Janeiro (RJ).

As empresas classificaram a parceria como estratégica para fazer do Brasil referência em gestão sustentável de ativos offshore. Com previsão de definição do projeto para o próximo ano, a iniciativa, segundo elas, reforça o compromisso compartilhado com o desenvolvimento regional, a geração de empregos e a responsabilidade ambiental.

Kim Thygesen, CEO da M.A.R.S. Europe, ressaltou que as duas empresas estão comprometidas em desenvolver uma instalação dedicada ao desmantelamento e reciclagem de navios, semelhante ao modelo da Dinamarca. Ele reconheceu que existem pressões sobre os portos por causa das novas



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 172/2025
Página 68 de 68
Data: 05/11/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

construções e destacou que o escopo visa aliviar o congestionamento portuário e criar um polo especializado para a reciclagem de ativos offshore no Brasil. Segundo o executivo, a extensão do prazo para os estudos reflete a dedicação das empresas em impulsionar a indústria offshore do Brasil, promovendo práticas sustentáveis de descomissionamento e fomentando o crescimento econômico regional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/11/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 05/11/2025